

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Centro de Referência e acolhimento LGBTQ+: o caso de Ouro Preto - Minas Gerais

Maria Clara de Paula Diniz
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

MARIA CLARA DE PAULA DINIZ

Centro de Referência e acolhimento LGBTQ+: o caso de Ouro Preto - Minas Gerais

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Daniella Borges Ribeiro

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D585c
2026

Diniz, Maria Clara de Paula, 1996-

Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+: o caso de
Ouro Preto - Minas Gerais / Maria Clara de Paula Diniz. –
Viçosa, MG, 2026.

1 dissertação eletrônica (96 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Daniella Borges Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2026.

Referências bibliográficas: f. 85-93.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.589>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ (Ouro
Preto, MG). 2. Direitos humanos. 3. Ativismo LGBTQ+.
4. Política social. I. Ribeiro, Daniella Borges, 1983-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço
Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social.
III. Título.

CDD 22. ed. 306.76698151

MARIA CLARA DE PAULA DINIZ

Centro de Referência e acolhimento LGBTQ+: o caso de Ouro Preto - Minas Gerais

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de junho de 2026.

Assentimento:

Maria Clara de Paula Diniz
Autora

Daniella Borges Ribeiro
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 24/09/2026 às 14:27:40 e pela orientadora em 25/09/2026 às 14:14:00. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **F22N.EDRW.PQCD** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

DINIZ, Maria Clara de Paula, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2026. **Centro de Referência e acolhimento LGBTQ+: o caso de Ouro Preto - Minas Gerais.** Orientadora: Daniella Borges Ribeiro.

O presente trabalho, partindo das inquietações e reflexões da autora, expõe, através de uma retomada histórica, a concepção das sexualidades dissidentes à época da colonização portuguesa e a influência veemente dos dogmas e da moral cristã na perseguição das pessoas que cometiam o pecado nefando. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como foi o processo de criação e implementação do Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ do município de Ouro Preto/MG, bem como seus avanços e desafios. Trata-se de um estudo de caráter eminentemente qualitativo e exploratório, utilizou-se, também, de pesquisas bibliográficas e documentais para elaborar discussões acerca do modo de produção capitalista e do surgimento das políticas sociais. Além disso, destaca-se a maneira como o Brasil se insere na dinâmica capitalista mundial – dependente e periférica – e rebatimentos disso para as conformidades e as particularidades das políticas sociais brasileiras, principalmente as políticas LGBTQ+. Para a coleta de dados conduzimos entrevistas presencialmente com sete dos doze trabalhadores do equipamento. Os dados foram analisados a partir da análise crítica levando em consideração o tema.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada no Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais, demonstram que este serviço se configura como um avanço para a promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQ+, o equipamento tem como proposta ser um lugar seguro e acolhedor para que as pessoas possam relatar violências e violações sofridas, serem encaminhadas para serviços de saúde e outros equipamentos da rede socioassistencial, recebam orientações, acessem benefícios disponibilizados pela assistência social e participem de atividades artísticas e culturais.

Palavras-chave: direitos humanos ; lutas sociais lgbt+; política social lgbt+

ABSTRACT

DINIZ, Maria Clara de Paula, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2026.
LGBT+ Reference and Support Center: The Case of Ouro Preto - Minas Gerais.
Adviser: Daniella Borges Ribeiro.

This work, stemming from the author's concerns and reflections, exposes, through a historical overview, the conception of dissident sexualities during the Portuguese colonization period and the vehement influence of Christian dogmas and morality in the persecution of people who committed the unspeakable sin. The general objective of this research is to investigate the process of creation and implementation of the LGBT+ Reference and Reception Center in the municipality of Ouro Preto/MG, as well as its advances and challenges. This is an eminently qualitative and exploratory study, which also used bibliographic and documentary research to elaborate discussions about the capitalist mode of production and the emergence of social policies. Furthermore, it highlights how Brazil is inserted into the global capitalist dynamic – dependent and peripheral – and the repercussions of this for the conformities and particularities of Brazilian social policies, especially LGBT+ policies. For data collection, we conducted face-to-face interviews with seven of the twelve workers at the center. The data were analyzed using critical analysis, taking the theme into consideration. The results obtained from the research conducted at the LGBT+ Reference and Support Center in Ouro Preto/Minas Gerais demonstrate that this service represents progress in promoting and defending the rights of LGBT+ people. The center aims to be a safe and welcoming place where people can report violence and violations suffered, be referred to health services and other resources in the social assistance network, receive guidance, access benefits provided by social services, and participate in artistic and cultural activities.

Keywords: human rights lgbt+ ; social struggles; lgbt+ social policy

*“Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser, em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo, a nossa canção*

*E flutua, flutua
Ninguém vai poder, querer nos dizer como
amar E flutua, flutua
Ninguém vai poder, querer nos dizer como
amar”.*

(Flutua – Johnny Hooker)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANTRA Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BSH Brasil Sem Homofobia

CAP's Caixas de Aposentadoria e Pensão

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

CEP Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERCONVIDH Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual

CeR LGBTQI+ Centro de Referência e Promoção de Cidadania de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Não Binários e Intersexuais

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CID Classificação Internacional de Doenças

COVID – 19 *Corona Virus Disease*

CRA LGBT+ Centro de Referência e Acolhimento LGBT+ de Ouro Preto/Minas Gerais

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

DDH Disque Direito Homossexual

GGB Grupo Gay da Bahia

GLTTB Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais

HIV/AIDS Virus da Imunodeficiência Humana

HU – UFJF Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Não-binários

MEC Ministério da Educação

OMS Organização Mundial de Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

PNDH Programa Nacional de Direitos Humanos

PSC Partido Social Cristão

PSL Partido Social Liberal

PT Partido dos

Trabalhadores

SEDH Secretaria Especial de Direitos Humanos

SMDSC Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Ouro Preto/Minas Gerais

STF Supremo Tribunal Federal

SUS Sistema Único de Saúde

SUSP Sistema Único de Segurança Pública

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS Unidade Básica de Saúde

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A DIVERSIDADE SEXUAL E AS PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA.....	18
1.1 Identidades de Gênero e Orientações Sexuais.....	18
1.2 As Sexualidades Transgressoras no “Novo Mundo”	21
1.3 Capitalismo, Condição de Dependência e Política Social.....	25
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA SOCIAL PARA PESSOAS LGBT+ NO BRASIL E LUTAS SOCIAIS.....	35
2.1 A Era dos Avanços Institucionais (2003-2016).....	38
2.2 A Era dos Desmontes (2016 – 2022).....	44
2.3 A Era das Reconstruções.....	52
2.4 Os Centros de Referência LGBT+ no Brasil.....	55
CAPÍTULO 3: RESULTADOS DA PESQUISA.....	60
3.1 O Centro de Referência e Acolhimento LGBT+ de Ouro Preto/Minas Gerais.....	60
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
ANEXOS.....	94

1.INTRODUÇÃO

Ao nos propormos a estudar uma política social voltada para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transexuais/travestis e outras identidades (LGBT+¹), que é alvo de constantes disputas na sociedade, precisamos desde o princípio apresentar qual perspectiva adotaremos e, também, como pretendemos realizar nossa análise. Neste sentido, nos apoiaremos no método marxiano² – Materialismo Histórico Dialético – em que a teoria nas palavras de Netto (2011):

é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correto e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (Netto, 2011, p. 21)

É necessário demarcarmos que não temos como foco principal de pesquisa a discussão da diversidade sexual e de suas inúmeras expressões. Neste sentido, o nosso estudo terá como base a política social. Nosso enfoque maior será nas conquistas do movimento LGBT+ brasileiro, que, embora não seja uníssono, desde o final da década de 1970 – de forma mais articulada – se faz presente e expõe as demandas de pessoas com sexualidades consideradas dissidentes.

Descortinar a temática LGBT+, trazê-la para a esfera pública e realizar um debate crítico e comprometido com o acesso e com a ampliação de direitos dessa população se faz demasiadamente importante, pois, há um paradoxo em nosso cotidiano:

por um lado, é comum escutarmos das pessoas, na nossa vida miúda, que a sexualidade é algo a ser exercido “entre quatro paredes”, quer dizer, um aspecto da nossa vida privada de que outras pessoas não deveriam saber. Geralmente, esse argumento é utilizado quando alguém quer defender a permanência das coisas como elas estão, ou seja, que não haja investimentos em políticas públicas para pessoas LGBTI+, pois “somos todos iguais”; que não tenha “beijo gay” na novela porque, afinal, “ninguém precisa ver isso na televisão”; ou que pessoas trans estão querendo “privilégios demais” ao reconquistarem o reconhecimento jurídico e social de um nome – só para darmos alguns exemplos. (Ferreira; Irineu, 2024, p. 20-21)

¹ É imperioso destacarmos que ao escolhermos a sigla “LGBT+” não temos como intuito invisibilizar outras orientações e expressões sexuais e identidades de gênero, mas tão somente pretendemos seguir em consonância com àquela adotada pelo Centro de Referência e Acolhimento LGBT+ de Ouro Preto/Minas Gerais.

² Embora a temática da diversidade sexual não faça parte do universo de estudos marxianos, mas suas contribuições quanto ao método e o desvelamento do modo de produção capitalista são importantíssimos, pois almejamos relacionar a diversidade sexual com o capitalismo e realizar recortes de classe.

Compreendendo que o tema é inesgotável e que necessitamos delimitar o objeto de pesquisa, optamos por estudar o Centro de Referência de Acolhimento LGBTQ+ do município de Ouro Preto – Minas Gerais, criado através da Lei Complementar Nº 224 de 08 de maio de 2023 e implementado na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SMDSC).

Para que apreendamos de forma mais precisa acerca do equipamento, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: por que se criou um Centro de Referência LGBTQ+ no município de Ouro Preto – Minas Gerais?

Já o objetivo geral é investigar como foi o processo de criação e implementação do Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ do município de Ouro Preto/MG, bem como seus avanços e desafios. Os objetivos específicos são: Resgatar, sucintamente, como a temática LGBTQ+ foi tratada no decorrer de nossa formação sócio-histórica; discutir o movimento LGBTQ+ no Brasil, suas demandas, conquistas e desafios após os anos 1970; estudar como ocorreu o surgimento do Centro de Referência LGBTQ+ de Ouro Preto/MG.

É necessário demarcar que as aproximações com o tema proposto se inscrevem a partir do desdobramento de dois processos indissociáveis: minha trajetória acadêmica e minhas inquietações, enquanto mulher cisgênero bissexual acerca do seguinte tema: políticas sociais para pessoas LGBTQ+.

A minha formação acadêmico-profissional em Serviço Social indubitavelmente foi basilar para que eu pudesse vislumbrar e construir as proposições que à frente serão apresentadas. Não cabe neste momento o resgate de forma aprofundada acerca dos fundamentos históricos da profissão, todavia, é necessário demarcar que ela emerge com caráter eminentemente conservador, com viés moralista e tendo como intuito a adequação dos indivíduos à ordem vigente, porém:

Nos anos 1960, a profissão questiona seus referenciais teóricos e políticos de matriz conservadora, de base positivista, e se junta às inquietações e insatisfações latino-americanas que mobilizaram amplos segmentos sociais em torno da luta anti-imperialista na defesa de projetos de transformação social (Raichelis, 2019, p. 68).

Raichelis (2019) nos alerta que a profissão somente experimentará, no Brasil, o movimento de renovação crítica – que origina o projeto ético-político do Serviço Social - a partir da década de 1980 com o exaurimento da ditadura militar (1964-1985) e a conseguinte organização e aliança das forças políticas progressistas:

A transição democrática sinalizou os sinais de esgotamento e crise do regime ditatorial e fez reavivar no Serviço Social a vertente comprometida com o projeto democrático-popular que, a partir da primeira metade de 1980, aglutinará vanguardas profissionais engajadas em um movimento de crescente questionamento ao conservadorismo profissional e às teorias de ajustamento social que o acompanham, até finais da década de 1970. (Raichelis, 2019, p.69).

Inequivocadamente esse processo de vinculação às lutas e aos movimentos sociais, bem como as sucessivas aproximações das vanguardas da profissão com a teoria social crítica foram elementares para que se firmasse historicamente o compromisso com os interesses da classe trabalhadora e para que houvesse a proposição de se fortalecer a construção de uma nova ordem societária sem dominação e opressão de nenhum tipo, esses aspectos apresentados têm suas expressões materializadas na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993), no Código de Ética da/o Assistente Social (1993) e nas Diretrizes Curriculares elaboradas em 1996 e revistas no ano de 1999 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

No que tange à diversidade sexual percebemos a maturidade das entidades representativas em suas discussões, produções e em seus posicionamentos. Exemplo disso é a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Nº 489 de 03 de junho de 2006 que:

Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social regulamentando o princípio inscrito no Código de Ética Profissional. (CFESS, 2006, p. 1).

O princípio supramencionado diz respeito ao “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p. 24). Em 2011 com a Resolução CFESS Nº 594 houve a mudança do termo outrora expresso no Código de Ética como “opção sexual” para “orientação sexual” que não é apenas semântico, mas exprime o salto qualitativo no interior das entidades representativas do Serviço Social na compreensão das várias formas de manifestações de sexualidades, além de garantir a linguagem de gênero (CFESS, 2011).

Ainda no ano de 2011, o CFESS através da Resolução Nº 615 assegura, no parágrafo primeiro, “[...] às pessoas travestis e transexuais, nos termos desta resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade

Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS [...]” (CFESS, 2011, p. 2).

Realizou-se no estado de São Paulo, no ano de 2015, o Seminário Nacional Serviço Social e diversidade Trans: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero. O evento configurou-se como mais uma forma de fortalecimento e de capacitação da categoria no que tange à diversidade sexual e demarca, de maneira reiterada, o posicionamento de defesa aos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais entre outros (LGBTQIA+).

E no ano de 2018 o CFESS publica a Resolução N° 845 que “Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.” (CFESS, 2018, p. 1).

Ainda que as entidades representativas da categoria profissional estejam com debates progressistas acerca das sexualidades e dos direitos das pessoas LGBTQ+, Peixoto (2023) nos adverte que:

não significa que toda a categoria possui unanimemente o mesmo referencial. O fantasma do filantropismo, do conservadorismo ainda ronda fortemente nossa profissão, ainda mais quando há uma expansão vertiginosa de ensinos superiores em faculdades e centros universitários, onde uma parte dessas instituições não possuem um compromisso adequado sequer com as diretrizes curriculares, quanto mais com temáticas sobre gênero e sexualidades. É comum ouvir relatos de estudantes, professoras/es dessas unidades de ensino sendo perseguidas/os por possuírem uma visão crítica sobre a supervalorização dos discursos morais religiosos em detrimento dos direitos sexuais de mulheres e LGBTQIA+. (Peixoto, 2023, p. 48).

A profissão e os profissionais não estão imunes às investidas do conservadorismo e dos discursos morais religiosos e foi pensando nessa dicotomia de avanços e retrocessos ou estagnação que optei por realizar a presente pesquisa, distanciando, por ora, dos fundamentos da profissão para discutir as políticas sociais, em específico àquelas voltadas para pessoas não-heterossexuais.

Inúmeros foram os questionamentos: como as pessoas LGBTQ+ acessam as políticas sociais? Quais são suas maiores demandas? Há expressões das sexualidades mais vulnerabilizadas? Será que o conservadorismo e a disputa pelo fundo público impactam na implementação de políticas sociais para pessoas LGBTQ+?

O fato de o Brasil ser o país que mais mata pessoas LGBT+³ no mundo já nos faz refletir sobre a proteção ou a não-proteção dessa comunidade e como a violência se faz presente para controlar corpos e sexualidades dissidentes, por isso, a necessidade de discutir-se criticamente sobre o tema.

Compreendendo que os procedimentos metodológicos adequados são imprescindíveis para que alcancemos os objetivos pretendidos, apresentaremos subsequentemente as etapas, as características e o que será proposto para a coleta e análise dos dados.

A presente pesquisa usará da abordagem eminentemente qualitativa, uma vez que nos preocuparemos “[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” (Minayo, 2002, p. 21) além disso, a autora supramencionada destaca que “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (Minayo, 2002, p. 22). Não descartamos, todavia, o uso da abordagem quantitativa na pesquisa de campo se eventualmente analisarmos qual a orientação sexual majoritária das pessoas que acessam o Centro de Referência e Acolhimento LGBT+ de Ouro Preto/MG (CRA LGBT+), bem como a raça, a classe e o gênero.

Para que alcançarmos de forma satisfatória os objetivos propostos, utilizamos da pesquisa do tipo exploratória que “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.” (Gil, 2002, p. 130). Gil (2002) nos alerta para outros aspectos que merecem destaque no que se refere à pesquisa exploratória que possui, na maioria dos casos: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos [...]” (Gil, 2002, p. 41). Neste sentido, as primeiras leituras acerca das temáticas de diversidade sexual, do movimento LGBT+ no Brasil, do surgimento da política social e de suas particularidades no Brasil enquanto país de capitalismo dependente e a proteção social para pessoas não heterossexuais se configuraram basilares para a construção do problema de pesquisa e dos objetivos, posto que foram criados

³ Informação publicizada em maio de 2023 pela CNN. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/> >

novos questionamentos. Além disso, Deslandes (2002) salienta que a fase exploratória antecede e sucede a construção do projeto, por isso, o aspecto exploratório permanecerá, não de forma extremadamente descritiva como na primeira etapa.

O estudo foi realizado no município de Ouro Preto – Minas Gerais, mais especificamente no Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+, localizado à Rua Barão de Ouro Branco, nº. 82, bairro Antônio Dias.

Markoni e Lakatos (2003) apresentam que “Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.” (p. 174). Sendo assim, primeiramente, utilizamos da pesquisa bibliográfica – fontes secundárias - que abrange, segundo Markoni e Lakatos (2003) tudo aquilo que já fora tornado público sobre o tema a exemplo de artigos, monografias, publicações em jornais, teses, entre outros. Entretanto, as referidas autoras nos advertem sobre a pesquisa bibliográfica não ser “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (Markoni; Lakatos, 2003, p. 183)

Nos valem também da pesquisa documental que se difere da bibliográfica por ter característica “[...] restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (Markoni; Lakatos, p. 174). As fontes são publicações parlamentares do município de Ouro Preto/MG concernentes à criação do Centro de Referência LGBTQ+, documentos referentes ao CRA LGBTQ+ e o diagnóstico construído no referido município e que subsidiou a criação do equipamento.

Por fim, realizamos pesquisa de campo, ao obtermos o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa sob o número 7.773.873. Para a coleta de dados conduzimos entrevistas presencialmente com sete dos doze trabalhadores do equipamento, com o critério de exclusão dos técnicos-administrativos. É necessário pontuar que, *a priori*, entrevistaríamos a Coordenação, entretanto, houve intercorrências que impossibilitaram a aplicação do roteiro. Desse modo, os integrantes da pesquisa são: pedagoga (1), educadores sociais (2), assistente social (1), psicólogo (1), procuradora municipal (1) e diretor (1), é importante frisar que os participantes

assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizaram a gravação das falas das entrevistas.

Construímos dois roteiros de entrevistas que estão anexos no trabalho, sendo um destinado à equipe técnica e aos educadores sociais e outro à direção e coordenação. Procedemos dessa maneira objetivando coletar informações com a equipe técnica e educadores sociais acerca do equipamento, bem como a dinâmica de trabalho, o perfil e as demandas das pessoas que acessam ao serviço, à direção destinamos perguntamos sobre a criação do Equipamento, como foram os diálogos com o Executivo e Legislativo municipal e se existiram dificuldades de implementação do CRA LGBT+.

A partir dos dados coletados, realizamos uma minuciosa análise de conteúdo agregando ao debate referências bibliográficas.

Dividimos o trabalho da seguinte forma: revisão teórica é composta por dois capítulos, o primeiro intitulamos de “A Diversidade Sexual e as Particularidades da Formação Sócio-Histórica Brasileira” que se ramifica em três subitens em que há, primeiramente, a discussão e o letramento acerca das identidades de gênero e orientações sexuais, subsequentemente realizamos, ainda que de forma concisa e direcionada, a retomada histórica sobre as sexualidades transgressoras no Brasil Colônia. Por fim, no último tópico do capítulo debatemos acerca do modo de produção capitalista, a emergência das políticas sociais e as particularidades da inserção de forma periférica do Brasil na dinâmica capitalista mundial, além dos traços do nosso Estado e os debates na política social. No segundo capítulo, denominado “Política Social para Pessoas LGBT+ no Brasil e Lutas Sociais” iniciamos o debate, sucintamente, com surgimento mais organizado do movimento LGBT+ no Brasil e as suas pautas – poderíamos incorrer em equívocos analíticos ao adotarmos a concepção de ciclos do movimento, em que um ciclo se inicia ao findar do anterior, por isso, salientamos que trabalhamos com a ideia de ondas, nos parece mais pertinente, pois o tema LGBT+ e direitos é permeado por avanços e retrocessos –, realizamos apontamentos, também, sobre as pautas dos direitos humanos para pessoas LGBT+ nos governos de Lula (2003-2010), de Dilma Rousseff (2011-2016), de Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2018-2022) e de Lula (2023 – atualidade) além de analisarmos as Conferências Nacionais, que compreendemos como momentos ímpares para avaliar, discutir e propor políticas sociais, ainda que compreendamos que na realidade a implementação possa ser dificultada pela pouca

destinação de recursos do fundo público. O terceiro e último capítulo tem como título “O Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais” em que expomos os dados coletados em nossa pesquisa de campo.

CAPÍTULO 1 – A DIVERSIDADE SEXUAL E AS PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

1.1 Identidades de Gênero e Orientações Sexuais

É basilar discorrermos em nosso trabalho, que tem como tema central a política LGBTQ+, acerca das identidades de gênero e orientações sexuais, não com o intuito de reduzi-las a meros conceitos, mas de apresentar as pluralidades das vivências LGBTQ+ e demarcar que ambas não são sinônimas.

Partimos do pressuposto teórico de que o gênero é uma construção sociocultural e histórica, não sendo, desse modo, natural e imutável. Além disso, compactuamos com a proposição de Ferreira e Irineu (2024) que a identidade de gênero é uma experiência de todas pessoas – seja identificando-se ou não com o seu gênero a partir do sexo biologicamente atribuído quando de seu nascimento⁴:

Assim, podemos pedagogicamente distinguir as pessoas [...] entre aquelas que, no seu desenvolvimento, com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento – pessoas cisgênero ou pessoas cis – e aquelas que discordam desse gênero imposto, atribuído – as pessoas transgênero ou pessoas trans. (Ferreira; Irineu, 2024, p. 23)

É importante salientarmos que uma pessoa transexual ou transgênero não necessita realizar procedimentos médicos e/ou cirúrgicos, tampouco se utilizar da hormonioterapia para que sua identidade de gênero seja reconhecida jurídica e socialmente (Brasil, 2023).

Antes mesmo do nascimento são criadas expectativas relacionadas ao gênero da criança, Oliveira (2024) argumenta que instituições como família, sociedade, religião e mídias sociais são fundamentais para definirmos o binômio do que é apropriado para mulheres e para homens; bem como os comportamentos e os papéis a serem desempenhados:

Desse modo, é possível perceber a construção social da identidade de gênero como um fenômeno complexo que vai além das características biológicas, envolvendo aspectos culturais, sociais e psicológicos na formação da percepção individual sobre a própria identidade de gênero. Diferentemente do sexo, que é atribuído biologicamente ao nascimento, o gênero é uma construção social que se refere aos papéis, comportamentos, expectativas e características associadas culturalmente ao feminino e ao masculino em uma sociedade específica (Oliveira, 2024, p. 28)

⁴ ? Há, ainda, as pessoas “não-binárias” que não se identificam como homens ou como mulheres, constroem suas identidades e subjetividades para além do binarismo de gênero.

Sendo assim, defendemos que não há características estritamente biológicas que possam tornar mais propícias as atividades incumbidas aos homens e às mulheres, tampouco suas ações e seus sentimentos. Ademais, compreendemos que, a despeito dos avanços logrados pelas lutas sociais feministas, as desigualdades entre os gêneros persistem e se perpetuam como resultante, também, de relações sociais permeadas pelo sistema patriarcal que se configuram como elementares para a reprodução do modo de produção capitalista. Segundo Cisne e Santos (2018) o patriarcado foi socialmente construído, sendo assim, é passível de superação e seria, *a priori*, sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres”.

Cisne e Santos (2018) afirmam que, embora o patriarcado atinja centralmente as mulheres, os sujeitos que transgridam o patriarcado padecem com a opressão e subalternização, sendo associados de forma pejorativa ao que é assinalado como feminino:

Podemos, portanto, considerar que o patriarcado exerce controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher atingindo, também, a população LGBT, mediante a imposição rígida e binária de um modo de ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e o que é identificado como feminino. (Cisne; Santos, 2018, p. 44)

Acrescentamos que o patriarcado, inequivocadamente, favorece e privilegia, eminentemente, os homens brancos, cisgêneros e heterossexuais em detrimento das mulheres e conduz à lógica LGBTfóbica, uma vez que hierarquiza os gêneros e as relações afetivo sexuais:

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino! A cada reiteração do / a pai / mãe ou professor /a, a cada ”menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é objeto dessas reiterações é minada (Bento, 2011, p. 552)

Ferreira e Irineu (2024) discorrem que o supramencionado “heteroterrorismo” se materializa nas práticas individuais e institucionais que usam da violência de gênero objetivando impor a soberania heterossexual e cisgênero, tendo como efeito o medo constante de pessoas LGBT+ de acessarem a esfera pública.

Convergimos com Ferreira e Irineu (2024) que as pessoas também se identificam com orientações sexuais, sendo elas as formas como os sujeitos se compreendem em seus relacionamentos e no que diz respeito à atração afetivo e/ou sexual.

Em nosso trabalho, conforme exposto na Introdução, optamos por utilizar a sigla “LGBT+” e, neste momento, abordaremos os seus significados, com viés didático. A letra “L” refere-se às mulheres, cis ou trans, que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres. A letra “G” é destinada a homens cis ou trans *gays*, ou seja, aqueles que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros homens. A letra “B” diz respeito às pessoas bissexuais, elas têm atração afetiva e/ou sexual por homens e mulheres, em uma sociedade arraigada pela ideia dicotômica entre homossexualidade e heterossexualidade, as pessoas bissexuais são alvo recorrentemente de preconceito e estigmas, consideradas equivocadamente como indecisas ou promíscuas. Por fim, as pessoas transexuais, transgêneros e travestis são representadas pela letra “T” e o símbolo “+” representa as tantas outras expressões da diversidade sexual.

É importante reiterarmos que identidade de gênero e orientação sexual não têm o mesmo significado, sendo assim, pessoas trans podem expressar as mais diversas sexualidades – heterossexualidade, bissexualidade, lesbianidade e homossexualidade. Ademais, salientamos que a utilização dos termos “opção sexual” é errônea, pois, não optamos por qual gênero sentiremos atração.

Fundamental também é destacarmos que as terminologias têm o potencial para corroborar com as práticas LGBTfóbicas, ou repreendê-las. Para tanto, trazemos que *homossexualismo*, *lesbianismo*, *bissexualismo* denotam a ideia de patologia, uma vez que o sufixo “ismo” se refere a doença, isso posto, os termos considerados assertivos na atualidade são *homossexualidade*, *lesbianidade* e *bissexualidade*.

Não podemos olvidar que as sexualidades dissidentes foram consideradas como doença por anos e integradas em 1948 no rol de Classificação Internacional de Doenças (CID) enquanto “transtornos mentais”:

Desde meados do século XX, com a publicação da primeira versão do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM I)* nos Estados Unidos e com suas sucessivas revisões, a homossexualidade foi se estabelecendo enquanto uma “doença mental” entre outras perversões ou desvios de natureza sexual. A patologização das sexualidades dissidentes, a despeito de remeter a um processo de estigmatização anterior já operado pelo imaginário religioso e legal-criminológico, é algo que se acentua na medida em que a medicina e as técnicas do campo psi se afirmam como discurso hegemônico na racionalidade moderna. Como visto, desde o fim do século XIX, época dos primeiros tratados de psicopatologia sexual, a medicina se debruça no diagnóstico e prognóstico das “inversões sexuais” (Quinalha, 2022, p. 119).

Ulteriormente debateremos acerca das lutas sociais em prol da despatologização das sexualidades dissidentes, sendo que uma das maiores bandeiras do movimento LGBTQ+, de acordo com Quinalha (2022), passou pela reivindicação do abandono da cura da homossexualidade. No Brasil, ressalta-se as lutas travadas pelo Grupo Gay da Bahia em prol da despatologização da homossexualidade, sendo assim, em 1985 a homossexualidade deixou de ser considerada como enfermidade, antes mesmo da Organização Mundial de Saúde (OMS) o fazer.

O ativismo LGBTQ+ logrou êxito e no dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID). Já a despatologização das identidades de gênero transexuais é uma conquista recente, no ano de 2018 a “Transexualidade” foi removida da lista de transtornos mentais diagnosticáveis (Brasil, 2023).

1.2 As Sexualidades Transgressoras no “Novo Mundo”

Ainda que de forma concisa e direcionada, discutiremos neste item aspectos da formação sócio-histórica do Brasil, e, subsequentemente, debateremos as suas particularidades enquanto país que se insere na dinâmica capitalista mundial de forma dependente. Não abordar essas temáticas poderia acarretar equívocos teóricos e de análises.

A ausência de registros escritos anteriores à chegada dos europeus na Terra de Santa Cruz poderia nos impedir, *a priori*, de compreender como seriam as relações afetivas dos povos originários, contudo, Mott (2023) destaca a existência de pinturas rupestres datadas de vinte mil anos no Parque Nacional Serra da Capivara, situado no estado do Piauí, que mostram cenas de homoerotismo masculino, depreendendo-se, desse modo, que os povos que aqui habitavam mantiveram relações consideradas na atualidade como homoafetivas e as perpetuaram, pois, não são poucas as descrições dos lusitanos recém-chegados às terras *Brasilis* no que diz respeito à liberdade sexual dos habitantes das referidas terras. Mott (2023) discorre acerca da dicotomia dos portugueses ao desembarcarem no Brasil: existiam aqueles que se encantavam com a liberdade sexual dos nativos e outros que ficavam horrorizados.

Impregnados pela moralidade judaico-cristã aliada a ausência de alteridade e o anseio por impor sua visão de mundo e seus valores, os europeus – especificamente portugueses – registravam a diversidade dos costumes sexuais como abominações e como contrárias às

virtudes da Igreja Católica (Mott, 2023, p. 31). No chamado “Tratado da Terra do Brasil”, escrito no ano de 1576 por Pero de Magalhães Gândavo, há uma passagem sobre mulheres indígenas que imitavam os homens, concluimos que se tratam de mulheres lésbicas:

Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade, e assim não casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem no consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e frechas à caça: enfim que andam sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casados (Gândavo, 2008, p. 69)

A opção por explicitar a passagem suprarreferida não se dá de forma despretensiosa, mas a fizemos para demarcar, em certa medida, a existência das vivências afetivo-sexuais femininas que em detrimento das vivências masculinas pareceram inócuas e com ínfimos registros na época colonial.

Luiz Mott (2023) destaca que para evitar que o Brasil tornasse nova Sodoma e Gomorra⁵ “[...] a cruz e a espada se uniram para manter o rebanho cristão obediente à tradicional moral cristã, de tudo fazendo para garantir a exclusiva primazia da única expressão não pecaminosa e permitida de canalização dos desejos da carne: o leito matrimonial heterossexual [...]” (Mott, 2023, p.34). Além disso, as relações sexuais deveriam ser estritamente para a reprodução da espécie. É neste sentido que Vainfas (1989) é categórico ao apresentar que nos sermões dos séculos XVII e XVIII insistia-se na existência do castigo infernal ou terreno, além de se estigmatizar os desejos e as transgressões sexuais (Vainfas, 1989, p.44). E, a despeito de serem destinados ao Tribunal do Santo Ofício⁶ pela prática dos atos de sodomia⁷, os nossos povoadores, de acordo com Vainfas (1989) não deixaram de praticá-la, cabe salientar, também, que a sodomia não era algo inerente ao “Novo Mundo”, mas ela se espalhava por toda a Europa.

⁵ Em referência ao primeiro livro da Bíblia Hebraica e Cristã “Gênesis”, que traz o castigo e a conseguinte destruição das cidades Sodoma e Gomorra pela perversão sexual de seus habitantes.

⁶ Órgão da Igreja Católica que fora criado, ainda no período medieval, e tinha como intuito investigar e punir àqueles que, de alguma forma, fossem considerados desviantes dos dogmas da Instituição.

⁷ Trevisan (2018) aportado pelos escritos do historiador Jacques Solé traz que “[...] já na Antiguidade e durante a Idade Média o vocabulário teológico-moral cristão englobava, sob o conceito de *sodomia*, tanto o sexo oral e anal heterossexual (fora ou dentro do casamento) quanto a relação sexual exclusivamente entre indivíduos do mesmo sexo.” (Trevisan, 2018, p. 118)

Cabe destacar, também, que na visita do Santo Ofício ao Brasil, ainda no século XVI, o crime mais denunciado fora o de sodomia, sendo esse o único desvio moral, que poderia levar o praticante à fogueira (Vainfas, 1989).

Acreditamos ser deveras interessante expor alguns casos emblemáticos de homossexuais, à época colonial, porque são pessoas que vieram antes de nós e padeceram simplesmente por terem ousado ser quem eram – Luiz Lott (2023), de forma exímia, elabora a cronologia dos principais eventos relacionados à homossexualidade e à homofobia no Brasil Inquisitorial – nós elencaremos alguns casos que, indubitavelmente, não escolhemos aleatoriamente.

Começamos apresentando Francisco Manicongo⁸ (Xica Manicongo); uma pessoa negra escravizada, considerada a primeira travesti do Brasil, de acordo com Lott (2023) Manicongo recusava-se a usar as roupas masculinas que lhe eram oferecidas. Percebe-se, assim, que embora houvesse severa imposição, não somente da força física, mas da moral advinda principalmente da Igreja e que não tardou a se internalizar nos habitantes das terras brasileiras, havia lampejos de resistência.

Embora com o acúmulo das lutas e resistências a comunidade LGBTQ+ tenha logrado êxitos, a bissexualidade permanece turva e, em certa medida, de árdua compreensão, uma vez que na sociedade existe a dualidade “sentir atração por homens” ou “sentir atração por mulheres”. Além disso, há entendimentos equivocados e preconceituosos de que a bissexualidade estaria atrelada à indecisão e à promiscuidade. No Brasil colônia havia bissexuais, a exemplo do turco João Batista que praticava atos sexuais tanto com homens quanto com mulheres. Vainfas (1989) relata que muitos sodomíticos, inclusive, casaram-se com mulheres.

Outrora citamos, brevemente, a lesbianidade, que para Vainfas (1989) foi mais inespecífica que a fanchonice dos homens (Vainfas, 1989, p.182). A respeito do “nefando” feminino temos o caso de Felipa de Souza (também referenciada como Felipa de Sousa):

Mas a grande fanchona da Bahia, se assim podemos chamá-la, foi a tal Felipa de Souza, amante da ousada Paula de Siqueira. Felipa era mulher simples, que “ganhava sua vida pela agulha”, fora viúva de um pedreiro e vivia casada com um modesto lavrador. Apesar de duas vezes casada, adorava mulheres e sempre as

⁸ Para mais detalhes acerca da história de Francisco Manicongo, ver Vainfas (1989).

procurava, conforme dizia, “pelo grande amor e afeição carnal que sentia” quando as via. E, com efeito, não perdia a oportunidade alguma de cortejar, agarrar e deitar com todas as que lhe atravessavam o caminho. [...] (Vainfas, 1989, p. 186)

Felipa é considerada a primeira mulher lésbica a ser punida pela Santa Inquisição no “Novo Mundo”:

Seu castigo foi exemplar: o ouvidor da capitania levou-a acorrentada do Terreiro de Jesus até a Sé da Bahia, onde, vestida simplesmente com uma túnica branca, descalça, com uma vela na mão, defronte às principais autoridades eclesiásticas e civis, ouviu sua ignóbil sentença. (Lott, 2023, p. 35).

Felipa sofreu inúmeras violências, dentre elas o açoitamento em público e o confisco de seus bens. Esse caso que ocorreu no ano de 1592 nos faz refletir acerca da violência como forma de controle e de impor a moral, sendo esse, indubitavelmente, um traço presente na formação sócio-histórica brasileira e que traz rebatimentos na atualidade.

Vainfas (1989) aponta que a esperteza das mulheres – que não detalhavam com precisão seus atos – aliada ao desinteresse dos inquisidores no que diz respeito à sodomia entre mulheres, acarretou narrativas inócuas, com registros parecidos dos atos. Para concluir, o desconhecimento no que se refere ao corpo e aos prazeres femininos quiçá poderia influir, também, na indiferença à sodomia feminina, para exemplificar podemos trazer o apontamento de Vainfas (1989) sobre Heitor Furtado, juiz, que era incapaz de conceber as mulheres fazendo sexo sem a presença do falo (Vainfas, 1989).

Outro caso que merece destaque diz respeito ao indígena da etnia Tupinambá, conhecido como Tibira do Maranhão, tendo sido documentado como a primeira vítima fatal do que hoje denominamos de “LGBTfobia” no Brasil, seu assassinato ocorreu no ano de 1614, na cidade de São Luís – Maranhão. Segundo Mott (2023) sua execução era “[...] “para desinfestar esta terra do pecado nefando”. (Mott, 2023, p. 41). Há de se destacar que foi proposto, em 2023, pelas Deputadas Federais Erika Hilton e Célia Xakriabá o Projeto de Lei n. 2022 para inscrever Tibira do Maranhão no Livro dos Heróis da Pátria:

A presente proposição tem como objetivo incluir o nome do indígena Tibira do Maranhão no Livro dos Heróis da Pátria. Tibira foi a primeira vítima fatal documentada da homofobia no Brasil, assassinado em 1614, por sua orientação sexual. Seu assassinato foi fruto do colonialismo, da homofobia e da discriminação em relação aos povos originários do território que viria a se consolidar como a pátria brasileira.

O heroísmo de Tibira do Maranhão na construção de nossa Pátria é atemporal. Tibira do Maranhão foi executado com uma bala de canhão por ter ousado ser quem era:

Indígena e homossexual, sua existência foi perseguida pelo projeto do Estado colonial que visava o aniquilamento das subjetividades construídas pelos povos originários, pelos que faziam da nossa ainda inexistente pátria em uma terra de subserviência, uma colônia de exploração, na qual seus líderes tinham como objetivo dizimar os povos originários, acabar com suas culturas, línguas e despi-los de qualquer orgulho que tinham de si. (Brasil, 2023, p. 2-3)

Concluimos esse item salientando que é somente no século XIX, mais precisamente no ano de 1821 que se extingue o Tribunal do Santo Ofício bem como a pena de morte aos sodomitas (Lott, 2023, p. 44). Nove anos depois, em 1830, a homossexualidade é descriminalizada no país, após a criação do primeiro Código Criminal do Império do Brasil. É importante frisar que ainda no ano de 2024, 63 países do globo criminalizam a homossexualidade – sendo que 12 desses lugares aplicam a pena de morte – a maioria pertencente aos continentes africano e asiático, de acordo com a reportagem de Zanolorenssi e Froner (2024) que utilizaram informações da Organização Não Governamental (ONG) inglesa Human Dignity Trust⁹.

1.3 Capitalismo, Condição de Dependência e Política Social

É fulcral iniciarmos este tópico trazendo elementos, ainda que de forma concisa, sobre o modo de produção capitalista, uma vez que é nele que há as condições econômicas e as bases históricas para o surgimento da Política Social.

O modo de produção capitalista é, de acordo com Netto e Braz (2012), dominante em escala mundial, está presente em todos os quadrantes do globo, sendo elementar para sua constituição e para seu desenvolvimento que duas classes antagônicas relacionem entre si. Cabe destacar que a esse respeito Marx e Engels (2020) postulam que:

A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história da luta de classes. [...] A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Limitou-se a colocar novas condições de opressão, novas formas de luta, no lugar das anteriores. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está dividida, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (Marx; Engels, 2020, pp. 62-63)

⁹ O mapa elaborado pela ONG contendo as informações na íntegra pode ser acessado através do site: < <https://www.humandignitytrust.org/lgbt-the-law/map-of-criminalisation/> >.

Por um lado, a burguesia, também denominada “classe capitalista” é dotada de recursos para comprar a força de trabalho enquanto uma mercadoria, por outro lado, o proletariado ou “classe trabalhadora” possui tão somente sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria (Netto; Braz, 2012). Inequivocadamente a criação dessas duas classes e, por conseguinte, a relação entre si não é produto de uma lei da natureza, como nos alerta Netto e Braz (2012) “ela resulta de um processo que se operou do final do século XVI até meados do século XVIII, constituindo a **acumulação primitiva** ou **originária**, num ciclo que Marx chamou de “pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio”” (Netto; Braz, 2012, p. 99). De acordo com Marx (2017):

é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. (Marx, 2017, p. 786).

Importa salientar que a força de trabalho, conforme a tradição marxiana, caracteriza-se uma mercadoria de qualidade deveras especial pois é capaz de produzir mais valor do que é necessário para custeá-la. Destarte, a classe trabalhadora contratada na condição de assalariada cumprirá uma jornada de trabalho em que produz valor excedente ao que é necessário para o pagamento de seu salário, “[...] é desse valor excedente (que se designa como **mais-valia**) que o capitalista se apropria. [...] a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação do excedente.” (Netto; Braz, 2012, p. 114).

O modo de produção capitalista funda-se, assim, nas relações de exploração e expropriação da classe trabalhadora pela burguesia que tem na mais-valia apropriada – valor não pago ao trabalhador – a fonte de seu lucro a qual busca incessantemente. Além disso, Netto e Braz (2012) destacam que no movimento do capital, à medida que a reprodução é ampliada, ou seja, há mais acumulação, a condição da classe trabalhadora na relação capital/trabalho torna-se paulatinamente mais vulnerável.

A esse respeito, os autores acima referenciados são categóricos ao afirmarem que a acumulação do capital impacta não somente os capitalistas que concorrem entre si, mas os processos de concentração e centralização partícipes da dinâmica da acumulação capitalista, trazem rebatimentos, também, à classe trabalhadora, sendo a principal consequência o que Marx (2017) apresenta como uma população trabalhadora relativamente excedente, supérflua às necessidades primárias de valorização do capital.

Marx (2017) de maneira exímia discorre sobre a situação da classe trabalhadora pertencente às variadas camadas do exército industrial de reserva. Neste sentido, é importante enfatizar que:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (Marx, 2017, p. 719-720)

Podemos depreender, portanto, que uma das consequências mais significativa no que se refere à acumulação capitalista é o desemprego, todavia, ela se tornará elementar para a própria reprodução da dinâmica do modo de produção vigente na medida em que a existência de uma massa desempregada não absorvida previamente pelo mercado de trabalho permite à classe capitalista pressionar tanto quanto possível o salário para os níveis ínfimos. Além disso, com a rotatividade que também se torna funcional ao capital, a qualquer momento essa parcela ociosa poderá ser chamada para atuar em algum setor da produção.

Para além do desemprego, Netto e Braz (2012) sustentam que a acumulação capitalista impacta a vida da classe trabalhadora – incluída a parcela que logra êxito em vender sua força de trabalho – de outras formas, a exemplo dos processos de pauperismo. A pauperização, em linhas gerais, pode ser caracterizada como *absoluta* quando há a degradação geral das condições de vida da classe trabalhadora; com salários reduzidos, jornadas de trabalho intensas e extenuantes, alimentação precária e desemprego e, também, como *relativa*, quando as condições de vida de trabalhadores melhoram, mas, ainda sim, a classe burguesa se apropria mais da parcela produzida do que aqueles que criam o valor (Netto; Braz, 2012).

Ocasiona-se um antagonismo ineliminável, em dois polos, na lei geral de acumulação capitalista que Marx (2017) expressa como:

Uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação da riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 2017, p. 721)

Ao tratarmos da contradição entre o crescimento exponencial da riqueza socialmente produzida apropriada privadamente pelos capitalistas e, concomitantemente, o aumento do empobrecimento da classe trabalhadora podemos avançar e debater, ainda que brevemente, acerca da “questão social”, a despeito da expressão não ter sido trabalhada no universo marxiano. Destacamos, *a priori*, que a classe trabalhadora não se manteve inerte aos processos de exploração e às condições degradantes de vida na ordem capitalista e, é justamente com sua emergência no cenário político, através de lutas e exigindo, de acordo com Iamamoto (2001) seu reconhecimento enquanto classe social e a conquista de direitos referentes ao mundo do trabalho, que se tem a “questão social”:

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho - consubstanciados em serviços e políticas sociais -, o que, nos países centrais, expressou-se no Welfare State, Estado Providência ou Estado Social. (Iamamoto, 2001, p. 17)

O Estado sob a égide do capitalismo em seu estágio concorrencial tratará a “questão social”, de forma pontual, episódica, emergencial e a atuação pautava-se, eminentemente, na coerção. Ademais, Netto (2011) expressa que a “questão social” era objeto de intervenção estatal na medida em que havia o auge de mobilização da classe trabalhadora e, em última instância, ameaçava a ordem vigente e o fornecimento de força de trabalho (Netto, 2011)

No último quartel do século XIX o capitalismo ingressa em sua fase superior; que Lênin (2021) denomina de imperialista. Esse estágio monopolista, segundo Netto (2011), é a ascensão da maturidade da sociedade burguesa e tem como objetivo o acréscimo de lucros capitalistas mediante o controle dos mercados. Com esse novo ordenamento econômico, bem como com a consolidação política do movimento operário e pela necessidade de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” torna-se objeto de intervenção de forma contínua e sistêmica. O Estado neste momento passa a ser mais permeável às demandas das

classes subalternas, isso não implica dizer que ele é dotado de neutralidade e é apenas mediador diante da luta de classes.

E, é por intermédio da Política Social, que o Estado burguês “[...] procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica [...]” (Netto, 2011, p. 30). Ainda Netto (2011) nos chama a atenção para as formas como se configuram a atuação e a resposta estatal sobre a “questão social”: fragmentada e parcializada, para que não se alcance, de fato, o cerne da problemática e coloque em xeque a ordem capitalista. Nesse sentido, a Política Social¹⁰ desmembra-se nas mais variadas *políticas sociais* com o objetivo de atender às mais diversas expressões da “questão social”, a exemplo do desemprego, da fome, a ausência de moradia, entre outras.

Para que não incorramos em equívocos analíticos ou façamos interpretações unilaterais, demarcamos que nossa compreensão, em consonância com Behring e Boschetti (2011), é de que as políticas sociais possuem caráter contraditório, não sendo iniciativas exclusivas do Estado como se ele fosse uma esfera pacífica ou pacificadora da luta de classes, tampouco surgem exclusivamente pela emergência da classe trabalhadora ao cenário político e pelas pressões e requisições que realizava (Behring; Boschetti, 2011). As políticas sociais podem ser concebidas, então, como a síntese e o desdobramento dos dois processos supramencionados.

Behring e Boschetti (2011) situam a generalização das políticas sociais na passagem do capitalismo concorrencial ao seu estágio monopolista, ao final do século XIX e início do século XX, e, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial nos países de capitalismo central. Inequivocadamente, assim como o próprio modo de produção capitalista, o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferente entre os países do globo, tendo cada nação a sua particularidade. Sendo assim, nos propomos a discutir subsequentemente as características do capitalismo no Brasil, sua inegável condição de dependência e os rebatimentos nas políticas sociais do país.

¹⁰ Concordamos com a definição de Pereira (2013) sobre Política Social: refere-se ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos - seja prevenindo contingências associadas ao trabalho e a inseguranças sociais, seja combatendo-as quando instaladas. Sua razão de ser tem a ver com a existência de desigualdades produzidas estruturalmente por um sistema social dividido em classes e reproduzido historicamente por meio de relações de poder constantemente renovadas. (Pereira, 2013, p. 67-68).

Coutinho (2011) no capítulo intitulado “A Imagem do Brasil” ao analisar, criticamente, as proposições de Prado Júnior sobre a transição do país ao capitalismo, afirma que embora haja a ausência na obra de Caio Prado Júnior dos conceitos da teoria marxista que analisa as “vias não clássicas” o autor aponta que existem traços no nosso capitalismo que são peculiares. Primeiramente é necessário explicar, ainda que brevemente, sobre a via-clássica que para Lênin implica a transformação radical da estrutura agrária, destrói-se a propriedade pré-capitalista e as relações de trabalho anteriores ao capitalismo desaparecem e a classe rural dominante é erradicada (Coutinho, 2011).

A via prussiana, de acordo com Coutinho (2011) embasando-se nos escritos de Lênin é uma complexa articulação entre a “conservação” e o “progresso”, a propriedade rural permanece, junto às relações de trabalho que consistem na dependência e na subordinação do trabalhador, não há aqui mudanças substantivas, mas tão somente a modernização do arcaico. Em consonância com as referidas proposições, Coutinho (2011) apresentará o conceito “revolução passiva” de Antonio Gramsci em que os processos de transformação se dão “pelo alto”, ou seja, a maioria da população é excluída dos processos sociais e políticos de mudanças.

Inequivocadamente, a transição do Brasil para o capitalismo se dá através da via não-clássica, uma vez que não houve a derrocada dos grandes latifúndios, ao contrário, esses tornar-se-iam, paulatinamente, empresas capitalistas, voltadas para a exportação. Avançaremos na discussão, constatando que embora Prado Júnior tenha imensuráveis contribuições acerca da história brasileira, há limites em seus estudos como a dualidade entre o arcaico e o moderno – esses elementos se relacionam dialeticamente entre si –, tem-se a exacerbação do conservadorismo, como se fosse esse problema de maior importância do Brasil e, através da ideia de etapas, acreditava que a superação do atraso diminuiria a desigualdade, outro elemento que precisa ser destacado, não como demérito, é que o capitalismo dependente não é uma categoria de análise de Caio Prado Júnior.

Fundamentados eminentemente pelos escritos de Ruy Mauro Marini (2022) e de outros autores que serão expostos subsequentemente, discutiremos sobre o capitalismo dependente. Marini (2022) é categórico ao afirmar que se tivermos como parâmetro o modo de produção capitalista tal como na Europa, a economia brasileira, que apresenta peculiaridades, apresentar-se-á como insuficiente e com deformações. E ainda que o

desenvolvimento seja insuficiente, Marini (2022) apresenta que pela estrutura global, as economias dependentes jamais poderão se desenvolver como as denominadas avançadas:

É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto no âmbito nacional, quanto, e principalmente, em âmbito internacional. (Marini, 2022, p. 168)

Desde a chegada dos portugueses à terra Brasilis, havia uma relação da colônia com as metrópoles europeias. Segundo Marini (2022) a América Latina desenvolve-se em concomitância e estreita relação com a dinâmica do capitalismo internacional. A exploração das colônias – com as pedras preciosas e outros gêneros exóticos - fora basilar para que houvesse a criação da grande indústria na Europa. De acordo com Marini (2022) a articulação do Brasil com a economia capitalista mundial se efetivará após os anos 1840.

Uma parte importantíssima da vasta contribuição de Ruy Mauro Marini consiste em identificar a “superexploração do trabalho”, cabe salientar que essa categoria não significa tão somente maior exploração imposta ao trabalhador, mas serve como base de sustentação da dependência dos países latino-americanos (Soares; Burginski, 2021), uma vez que com a troca desigual a forma de compensar a perda de renda ocasionada pelo comércio internacional, será utilizada a superexploração do trabalhador. Outro aspecto interessante se pauta no fato de a produção latino-americana ser centrada para a produção externa, sendo assim, o consumo interno não influi de maneira substantiva no ciclo do capital, a rigor, a produção industrial voltar-se-á para a demanda interna em momentos específicos e que se relacionam com a dinâmica externa, como exemplo do período das duas grandes guerras mundiais, em que a oferta dos produtos advindos do exterior estava comprometida. Ressaltamos, ainda, que a industrialização, que poderia ser a superação do “atraso” e da “dependência”, na realidade corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho, mantendo a relação de dependência e subalternidade quando são transferidas, segundo Marini (2021) para os países latino-americanos as etapas inferiores da produção, enquanto a produção que envolve tecnologias de ponta é destinada aos países de capitalismo central. Ademais, os monopólios investem em países como o Brasil visando o lucro exacerbado advindo das relações de superexploração da força de trabalho.

Prosseguindo com nosso trabalho, debateremos sobre as funções do Estado no capitalismo dependente e, posteriormente, sobre a política social. Compactuamos com a definição de Estado ampliado elaborada por Gramsci com a célebre equação “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.” (Gramsci, 2002, p. 244). O Estado não perde seu caráter burguês, todavia seu caráter é modificado, tornando-o permeável, em certa medida, às demandas de classes subalternizadas (Coutinho, 2000) até mesmo para que haja a sua manutenção, o poder emana da combinação entre coerção e consenso (Liguori; Voza, 2017, p.366) com o intuito de se criar a hegemonia das classes dominantes.

O Estado, de acordo com Soares e Burginski (2021), no capitalismo tem por função manter as relações sociais de produção, nos países de capitalismo dependente mais que isso, o Estado é o agente central para que haja o desenvolvimento e a expansão do capitalismo – elencamos aqui a criação nos governos de Getúlio Vargas das empresas Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), Petrobrás -. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a ascensão do proletariado ao cenário político, o Estado que sempre interveio no processo econômico capitalista se modifica estrutural e funcionalmente. Segundo José Paulo Netto (2009), as intervenções nas expressões da “questão social” que antes eram emergenciais e pontuais tornam-se contínuas e sistematizadas. De acordo com Behring e Boschetti (2011) as políticas sociais e os padrões de proteção social, em geral, de forma fragmentada, são desdobramentos, respostas e formas de enfrentamento às expressões da “questão social”. Soares e Burginski (2021) argumentam que:

Nos países de capitalismo central, a ampliação dos direitos e legislações sociais se colocaram como concessões oriundas da crescente luta de classe do proletariado, salvaguardando a burguesia dos ataques mais radicais. [...] No capitalismo dependente, a política social é conformada pelos seus limites estruturais. (Soares; Burginski, 2021 p. 10-11)

A discussão que fizemos acima sobre a condição de dependência do Brasil na dinâmica do capitalismo global é imprescindível para que compreendamos os limites estruturais da política social no país:

a acumulação nos países centrais passa a depender do aumento da produtividade do trabalho e não somente da exploração do trabalhador, o que permite que a classe trabalhadora dos países centrais possa usufruir de direitos sociais, acesso ao consumo, maior participação democrática e socialização de bens sociais e culturais, correspondendo à reprodução ampliada do capital. Nessa direção, não só o excedente de lucros produzidos nos países periféricos é transferido para as economias centrais, através das importações de bens para o consumo, como também

os ganhos obtidos pelo barateamento de matérias-primas às custas da superexploração do trabalhador na periferia. Em outros termos, é a transferência de mais-valor extraído a partir da superexploração e transferido aos países centrais que, de certa forma, possibilita a estabilização (ainda que, instável, no capitalismo) aos países imperialistas e ganhos produtivos à classe trabalhadora dos países centrais. Esses ganhos conferem à referida classe a possibilidade de um padrão de consumo razoável e uma proteção social capitalista mais abrangente e civilizatória. (Soares; Burginski, 2021, p. 11-12)

Não nos cabe discutir de forma aprofundada do Estado de Bem-Estar Social, entretanto, salvaguardando todas as especificidades entre os países centrais e os periféricos depreendemos que o também denominado *Welfare State* somente foi possível pois contava com a superexploração da força de trabalho das economias periféricas. Para além disso, na nossa particularidade não há a burguesia revolucionária¹¹ que se compromete com a universalização dos direitos e com a democracia (Soares; Burginski, 2021), ao contrário, é uma classe demasiadamente conservadora, violenta e que almeja o auto privilegiamento em detrimento dos interesses do povo.

Diante do exaurimento do modelo de Estado de Bem-Estar Social na Europa, crise do capital e a reestruturação produtiva na década de 1970, segundo Harvey (2014) acolhe-se o neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico. Há desse modo, de acordo com Behring (2009), a desregulamentação, as privatizações, a retração do Estado no que se refere ao campo social, uma vez que, para os teóricos neoliberais essa seria a fórmula para superar a crise capitalista. A liberdade individual era considerada pelos pensadores neoliberais, de acordo com Harvey (2014) como central à civilização, tendo como consequência a ideia de meritocracia.

Outro elemento é que neste momento de ascensão do neoliberalismo há o exacerbado ataque aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora bem como o enfraquecimento de suas mobilizações e entidades representativas – destacam-se os sindicatos:

Os trabalhadores tinham acumulado muita força nos anos 1970. Havia sindicatos fortes e, na Europa e na Inglaterra, havia partidos trabalhistas e partidos social-democratas, e até mesmo o Partido Democrata nos Estados Unidos tinha que prestar contas às grandes centrais sindicais. As fases iniciais do neoliberalismo giraram em

¹¹ Cabe destacar que na Europa, a burguesia teve seu ímpeto revolucionário antes de tornar-se classe dominante e detentora do poder, quando de sua consolidação, adquire caráter eminentemente conservador, visando a manutenção do *status quo*.

torno da tentativa de reduzir o poder dos sindicatos e das grandes organizações trabalhistas, e reconfigurar a situação política a fim de enfraquecer o papel dos trabalhadores por todos os meios possíveis. (Harvey, 2024, p. 34)

As ideias neoliberais chegam tardiamente ao Brasil, no início da década de 1990, e encontram um lugar propício ao seu desenvolvimento, como salientamos acima, não vivenciamos o Estado de Bem-Estar Social, ou seja, nossa proteção social se fazia demasiadamente reduzida, atrelada aos trabalhadores formais. De acordo com Behring e Boschetti (2011) a aprovação da Lei Eloy Chaves, em 2023 – considerada o marco inicial para Previdência Social do país – é a chave para compreendermos como a política social brasileira se delinearía nos anos subsequentes, a referida Lei instituiu a obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para as categorias estratégicas de trabalhadores em nossa economia baseada na agroexportação; a exemplo dos ferroviários e dos marítimos.

Couto (2010) nos elucidar que nos anos 1930 sob o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) tivemos como tônica a tentativa de regulamentação das relações entre capital e trabalho, almejando harmonia entre os interesses antagônicos de empregadores e empregados. Desse modo, a busca por legitimidade governamental perpassou por medidas que tinham cunho regulatório e assistencialista, aliado a isso, os critérios adotados pelo governo na conformação da proteção social brasileira incluíam os trabalhadores urbanos que poderiam ser inseridos nas políticas sociais, enquanto excluíam a maioria da população participante da classe trabalhadora do país que estava vinculada às atividades rurais e permanecia desprotegida.

Além disso, por tudo que outrora fora supramencionado, não tivemos um Estado provedor, “Essa abstenção do Estado e sua presença apenas no campo regulatório fazem com que se questione a efetiva presença de direitos sociais no longo do caminho percorrido até a Constituição de 1988.” (Couto, 2010, p. 76), além disso, temos como traços constitutivos de nossa formação sócio-histórica o assistencialismo, o clientelismo e o familismo que acentuam no Brasil a perversidade do modelo neoliberal. As políticas sociais no país têm como tendências contemporâneas a focalização, a privatização e a precarização, pois, não foram projetadas para serem desenvolvidas pela doutrina neoliberal.

Pensando acerca do tema, no próximo capítulo relacionaremos política social e diversidade sexual.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA SOCIAL PARA PESSOAS LGBT+ NO BRASIL E LUTAS SOCIAIS

Séculos de perseguições e violações – também lutas e resistências – e o nexó moral do povo brasileiro balizado, eminentemente, pelos dogmas da Igreja Católica de que a homossexualidade é ato pecaminoso e nefando, influíram nos discursos e nas violências LGBTfóbicas que persistem na sociedade brasileira. Além disso, os ajustes neoliberais em um país marcado por sua condição de dependência aos países de capitalismo central e a ausência da noção de ampliação de direitos em detrimento de privilégios da classe dominante trazem rebatimentos para a proteção social de pessoas LGBT+.

Não é tarefa fácil demarcar em qual momento há o surgimento do movimento de militância LGBT+ no Brasil¹², ainda assim, alguns autores, a exemplo de Quinalha (2022), consideram que o ponto de partida para o movimento mais organizado data do ano de 1978 com a criação do Somos – Grupo de Afirmação Sexual:

Sem diminuir a relevância das iniciativas precedentes que foram abrindo brechas em uma sociedade hetero-centrada, pode-se dizer que foi com o Somos que se desencadeou um processo de organização política da comunidade LGBTI+ em diversas partes do Brasil, já no contexto da liberalização da ditadura e com a intensificação das campanhas pela redemocratização e a reorganização dos diversos movimentos sociais (feministas em 1975; estudantil em 1977; negro em 1978; sindical também em 1978). (Quinalha, 2022, p. 106-107)

Sendo assim, a militância política homossexual articula-se aos outros movimentos sociais no que podemos considerar interseccionalidade, uma vez que a população LGBT+ tem inúmeros atravessamentos para além da classe. Além disso, neste primeiro momento pretende-

¹² Árdua também é realizar a discussão do movimento LGBT+ no mundo, entretanto, Quinalha (2022) nos fornece pistas. A Europa, segundo o autor, fora palco da emergência do que pode ser considerado um protoativismo homossexual, especialmente a Alemanha, entre o final do século XIX e o início do século XX.

Na América Latina, temos experiências argentinas, com as criações dos grupos “Maricas Unidas Argentinas” (1948-1957) e Nuestro Mundo (1967).

A emblemática Revolta de Stonewall em 28 de junho de 1969, ocorrida em um bar de Nova Iorque frequentado por pessoas marginalizadas pela sociedade, a exemplo de gays, lésbicas e transexuais, após sucessivas ações policiais truculentas e repressivas, cria, segundo Quinalha (2022), novos horizontes para o movimento LGBT+, grupos passariam a estampar de maneira orgulhosa a expressão “gay”. Além disso, a partir de Stonewall inaugura-se a visão de que a luta não deveria ser apenas pela tolerância às pessoas LGBT+, mas que as estruturas da sociedade que as estigmatizavam precisariam ser modificadas.

se superar a ideia de que a homossexualidade é *status* íntimo e tão somente da vida privada (Horst, 2015, p. 6).

Resgataremos, ainda que de forma sucinta, as ondas do movimento LGBTQ+ brasileiro. Iniciamos demarcando que nos anos 1980 o movimento alia-se às lutas em prol da redemocratização, além de denunciar com veemência a violência e a repressão policial, e ainda na década de 1980 a comunidade LGBTQ+ padece com um imensurável revés: a epidemia de HIV/AIDS:

Divulgado pela imprensa como uma “peste gay” ou um “câncer gay”, devido ao fato de os primeiros casos terem sido diagnosticados em homossexuais e haver mais incidência no início justamente entre essa comunidade, o HIV/AIDS foi um vetor de repatologização das sexualidades dissidentes. Aquele era um momento de ascensão do neoliberalismo, com ataques aos sistemas públicos de saúde. Os governos nacionais, muitos deles conservadores como o de Ronald Reagan no Estados Unidos, pouco se sensibilizaram para o problema. Ao contrário, viram na nova doença uma possibilidade de dizimar uma existência indesejável. As indústrias farmacêuticas, por sua vez, administravam seu engajamento no tema apenas pela lógica do lucro. (Quinalha, 2022, p. 113)

Nesse momento, setores religiosos discursavam que a epidemia adivinha como castigo divino, era punição à promiscuidade homossexual, além disso, o discurso médico-científico foi novamente legitimado. Paradoxalmente, iniciam-se diálogos com autoridades estatais e médicas para se pensar em políticas de saúde para aqueles que estavam acometidos com o HIV e, também, na prevenção (Quinalha, 2022).

Nos anos 1990 o movimento LGBTQ+ está mais organizado e logra êxito em estabelecer diálogos com as instituições do Estado e de ser reconhecido por segmentos da sociedade, desde a constituinte ao final da década de 1980:

[...] investiu-se na arena legislativa para lograr uma proteção jurídica à população homossexual. Nos anos 1990, diversos projetos de lei são apresentados, sobretudo aqueles relativos à garantia de direitos das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Mas o conservadorismo persistente no Congresso Nacional, com uma bancada fundamentalista religiosa ciente de seu poder de veto, impediu o avanço de quaisquer proposições sobre direitos sexuais. É sintomático, nesse sentido, que até hoje não tenha havido, no Congresso Nacional, a aprovação de uma única lei específica em favor dos direitos LGBTQ+ (Quinalha, 2022, p. 131).

Cabe destacar que o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – I), instituído no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), objetivando a defesa e a promoção dos Direitos Humanos, apresentou em seu texto que os referidos direitos são para todas as pessoas, incluindo expressamente homossexuais.

O Programa supramencionado foi revogado e substituído em 2002, ainda no governo FHC, tendo como sucessor o Programa Nacional de Direitos Humanos II que traz em seu documento um capítulo concernente às “Propostas de Ações Governamentais” sendo constituinte da seção “Garantia do Direito à Liberdade” a temática da orientação sexual:

- 114. Propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual.
- 115. Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais.
- 116. Propor o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual.
- 117. Excluir o termo ‘pederastia’ do Código Penal Militar.
- 118. Incluir nos censos demográficos e pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual. (Brasil, 2002, p. 12)

No que se refere à “Garantia do Direito à Igualdade” foram propostas as seguintes formulações para serem adotadas pelo Governo no combate à discriminação contra Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais:

- 240. Promover a coleta e a divulgação de informações estatísticas sobre a situação sócio-demográfica dos GLTTB, assim como pesquisas que tenham como objeto as situações de violência e discriminação praticadas em razão de orientação sexual.
- 241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos.
- 242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.
- 243. Inserir, nos programas de formação de agentes de segurança pública e operadores do direito, o tema da livre orientação sexual.
- 244. Apoiar a criação de instâncias especializadas de atendimento a casos de discriminação e violência contra GLTTB no Poder Judiciário, no Ministério Público e no sistema de segurança pública.
- 245. Estimular a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade GLTTB.
- 246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.
- 247. Estimular a inclusão, em programas de direitos humanos estaduais e municipais, da defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB.
- 248. Promover campanha junto aos profissionais da saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados à comunidade GLTTB.
- 249. Promover a sensibilização dos profissionais de comunicação para a questão dos direitos dos GLTTB. (Brasil, 2002, p. 19)

As conquistas de segmentos do movimento LGBT+ conforme visualizamos acima estavam, até esse momento, atreladas às áreas da saúde e da segurança pública. Irineu (2014) argumenta que é a partir do primeiro mandato presidencial de Lula (2003 – 2006) que os

diálogos entre o governo e o movimento LGBTQ+ tornam-se constantes e são criadas as primeiras iniciativas pautando especificamente a população LGBTQ+.

2.1 A Era dos Avanços Institucionais (2003-2016)

A força política do movimento chegará a um patamar inédito nos anos 2000, ainda que em seu interior houvessem divergências e diversidade de pautas, nenhuma novidade em um movimento que desde seu limiar conviveu com rachas internos. Há o aceno do governo de Lula às pautas de diversidade sexual. Lançou-se no ano de 2004, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), sendo uma articulação entre Governo Federal e sociedade civil, que tinha como base a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil e o combate às discriminações homofóbicas (Brasil, 2004).

O BSH previa cinquenta e três ações¹³ para a promoção da cidadania de pessoas LGBTQ+, bem como sua participação e controle social e o combate da discriminação por orientação sexual, centradas em:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;
 - b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;
 - c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual;
 - d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB.
- (Brasil, 2004, p. 11)

Outro aspecto que consideramos relevante no documento base do BSH diz respeito à seção “Dúvidas Frequentes” em que há explicações com linguagem acessível sobre a diferença entre sexo e sexualidade; identidade sexual; orientação sexual e homossexualidade, denotando, também, um compromisso com o caráter educativo do Programa.

Seguramente a criação do Programa Brasil Sem Homofobia constituiu-se como um marco fundamental para se planejar políticas sociais direcionadas às pessoas LGBTQ+ no país, entretanto, diversos foram os obstáculos em sua execução. Irineu (2014) é categórica ao afirmar que as políticas neoliberais iniciadas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-

¹³ O documento na íntegra pode ser consultado através do *link*: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

1992) e consolidadas nos mandatos presidenciais de FHC (1995 – 2002) se mantiveram, de forma expressiva, nos governos de Lula (2003 – 2009):

É possível constatar essas políticas desde os objetivos do Plano Plurianual – PPA 2004 – 2007, no qual o próprio Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) foi previsto. Explicita-se esse vínculo a partir da centralidade do diálogo e apoio financeiro por parte do Estado, assumida no PPA, às instituições não governamentais, o que demonstra uma configuração de desresponsabilização por parte do Estado, em executar as ações previstas. (Irineu, 2014, p. 197)

Desse modo, Irineu (2014) discorre que o protagonismo na execução das ações do BSH concentrou-se a partir das Organizações Sem Fins Lucrativos (ONGs) em detrimento da atuação estatal. A referida autora apresenta, também, a hipótese de que a ausência de *expertise* do Estado na condução das ações poderia ser reflexo de sua histórica não responsabilização para com a população LGBTQ+ no que tange à prestação de serviços sociais. Outro elemento apresentado por Irineu (2014) refere-se às descontinuidades e dispersividades das atividades propostas pelo BSH.

É imperioso destacar, no entanto, o pioneirismo do Governo Federal ao convocar, através do Decreto Presidencial de 27 de novembro de 2007, a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹⁴ – o Brasil, de acordo com os Anais da referida Conferência, foi o primeiro país do mundo a realizar, dispondo de apoio governamental, uma conferência com a temática LGBTQ+ (Brasil, 2008).

A I Conferência Nacional ocorreu em Brasília, entre os dias 05 e 08 de junho de 2008, tendo como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. E, conforme salienta Horst (2015)¹⁵, foi expressão do crescimento da força do movimento LGBTQ+. As conferências são momentos ímpares para se avaliar as políticas sociais já existentes e para propor a criação e a implementação de novas políticas sociais a partir das demandas apresentadas. Ao final do evento, as discussões desdobraram-se em deliberações¹⁶ nos eixos de Direitos Humanos,

¹⁴ Destacamos que durante a I Conferência foi deliberada a alteração da sigla para “LGBT”, preconizando a visibilidade das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero.

¹⁵ Em seu trabalho, Horst (2015) objetiva identificar as demandas da população LGBTQ para a seguridade social e apontar como tem se dado o atendimento a esse público.

¹⁶ As deliberações podem ser lidas integralmente através do endereço eletrônico: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/546/1/BRASIL-Anais-2008.pdf>.

Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Turismo, Cidades e Comunicação.

Contudo, Horst (2015) nos alerta que “[...] há uma distância entre o discurso garantido nesses espaços e a efetivação das ações previstas, devido à própria correlação de força, dentre outros motivos como o orçamento praticamente inexistente quando falamos de políticas para essa população.” (Horst, 2015, p. 3). A ausência de definição orçamentária configura-se como um entrave, além da persistente homofobia institucional e, por fim, a dificuldade de articulação dos diversos órgãos e níveis de governo (Horst, 2015).

Ainda sim, podemos elencar como conquistas da I Conferência Nacional a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, no ano de 2009; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+ em 09 de dezembro de 2010; a instituição, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). As moções também foram fundamentais para os avanços dos direitos das pessoas LGBT+, a exemplo do reconhecimento de uniões homoafetivas pelo Superior Tribunal Federal (STF) a partir do ano de 2011, a autorização do STF a casais LGBT+ se habilitarem para a adoção, a criminalização da homofobia, ocorrida no ano de 2019, determinada pelo STF a equiparando aos crimes de racismo.

Na dicotomia de avanços e retrocessos, no ano de 2011 foi realizada II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, que teve como tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e os seguintes eixos para debates:

I - análise do contexto nacional e internacional, diagnóstico das políticas públicas e pacto federativo para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT.

II – avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelos Ministérios correspondentes.

III - diretrizes para a formulação e para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza da população LGBT. (Brasil, 2011, p. 155)

A Conferência indicou o amadurecimento das discussões consonantes à temática LGBT+ e a consolidação da participação popular na proposição, fiscalização e avaliação das políticas sociais para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Outro aspecto relevante do

evento foram os debates relacionados à construção do Pacto Federativo e da Articulação Orçamentária para que as ações não se restringissem à esfera federal e, de forma descentralizada, fortalecessem o enfrentamento às discriminações por orientação sexual e identidade de gênero e às vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas por essa população:

As políticas públicas devem ter como princípio a garantia da laicidade do Estado. Queremos que o pacto federativo seja efetivo, e que os Estados e Municípios assumam a sua responsabilidade nessas políticas com a instalação e fortalecimento do tripé da cidadania LGBT; a instalação de coordenadorias, a implantação dos conselhos e a criação dos planos para implantação das políticas, com a garantia de recursos orçamentários, com controle social, transversalidade, equidade de gênero, regionalidade, territorialidade, recorte étnico-racial, geracional, garantia da acessibilidade universal, entre outros. (Brasil, 2011, p. 35)

Concomitante a isso, o ano de 2011 foi marcado pelo veto presidencial de Dilma Rousseff, (2011 – 2016) ao projeto “Escola Sem Homofobia” – pejorativamente alcunhado de “Kit Gay” -, após excessivas pressões¹⁷ e chantagens, por parte de parlamentares, segundo o portal da Câmara dos Deputados, que integravam a “Banca Religiosa” no Congresso Nacional (Brasil, 2011). O projeto estava em consonância com as ações propostas pelo BSH e foi idealizado por organizações e grupos da sociedade civil, tendo como financiador o Ministério da Educação (MEC), ademais, objetivava:

O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil. Dessa maneira, o Projeto Escola sem Homofobia vem somar-se aos legítimos esforços do governo em priorizar, pela primeira vez na história do Brasil, a necessidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar. (Brasil, 2008, p. 9)

O veto, mais do que representar um retrocesso da política LGBT+, que desde o primeiro governo de Lula acumulava conquistas, escancarou a nefasta face do conservadorismo e do fundamentalismo religioso que se entrelaçam para a criação de pânico morais e inimigos em comum, além de corroborarem para a manutenção de discursos preconceituosos e incitantes à violência e à violação de direitos.

¹⁷ O portal da Câmara dos Deputados noticiou a cessão da presidenta diante das ofensivas conservadoras: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobre-homossexualidade>.

Não é, pois, surpreendente que o Brasil – líder do bárbaro *ranking* de países que mais ceifa a vida pessoas LGBTQ+ no mundo, e que possui um Congresso Nacional, segundo o portal da Câmara dos Deputados¹⁸, que desde de 1988 não aprova leis em prol de pessoas LGBTQ+ - se opusesse e criasse falácias sobre o Escola Sem Homofobia que, de acordo com Silva (2012) tinha, em seu material, a potencialidade de contribuir para pluralização de gêneros e, por conseguinte, colocar em risco a ordem sexual vigente.

Ao suspender a distribuição do material didático supramencionado e ao proferir falas¹⁹ conflitantes com a ideia de ativistas LGBTQ+ de que a sexualidade não deva ser reduzida à esfera íntima e privada da vida, o governo de Dilma Rousseff exprimiu, em certa medida, o enfraquecimento da relação entre os movimentos LGBTQ+ e o Poder Executivo, bem como evidenciou as disputas no interior do Estado. Apesar do distanciamento da presidenta com as pautas da diversidade sexual diante dos embates e das reações conservadoras, não existiu uma ruptura com as políticas instituídas pelos governos de Lula, a esse respeito, Toitio (2026) discute de forma exímia sobre as contradições existentes no governo de Dilma no que tange à política LGBTQ+.

Além disso, houveram conquistas significativas, dentre as quais podemos destacar a inclusão, no ano de 2010, de um módulo direcionado especificamente no Disque 100 (Disque Direitos Humanos) para a denúncia de violações de direitos de pessoas LGBTQ+; a instituição da outrora mencionada Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+ (2011); a elaboração pioneira, em 2012, através da Secretaria de Direitos Humanos do primeiro “Relatório sobre Violência Homofóbica: ano de 2011”, utilizando pela primeira vez dados oficiais e sistematizados; o lançamento do Sistema Nacional LGBTQ+ que visava integrar políticas contra o preconceito; no âmbito do Ministério da Saúde a Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, instituiu a redefinição e ampliação do Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) e, através do Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, teve-se o

¹⁸ A notícia está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/muito-alem-do-arco-iris-congresso-nao-aprova-leis-pro-lgbtis-desde-1988>.

¹⁹ A jornalista Luiza Damé publicou, em maio de 2011, fragmentos do discurso de Dilma Rousseff acerca do kit anti-homofobia, a presidenta afirmou que manteria campanhas contra a homofobia, no entanto, asseverou que o governo não poderia intervir na vida privada das pessoas e que nenhum órgão estava autorizado a realizar propaganda de “opções sexuais”. Matéria completa: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-diz-que-nao-vai-ser-permitido-nenhum-orgao-do-governo-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-2765417>.

reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além de disposições sobre o uso de nome social (Brasil, 2016)

Em um contexto de acirramento da crise política do governo de Dilma Rousseff, e de um processo culminaria na cassação de seu mandato em agosto de 2016, foi promovida a III Conferência Nacional de Políticas de Direitos Humanos de LGBT+, entre os dias 24 a 27 de abril de 2016. O tema proposto para a discussão intitulou-se “Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”:

Após um acúmulo de experiências e ações, desde a criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2003), acredita-se que é chegada a hora de construirmos uma Política Nacional LGBT, de enfoque transversal, que fortaleça e consolide as políticas públicas intersetoriais, que envolva os entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) e os Poderes da República Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, entre outras instituições, na garantia dos direitos humanos do segmento LGBT, já no âmbito do novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. (Brasil, 2016, p. 9)

As questões abordadas na Conferência primaram pela elaboração de estratégias que visassem coibir e criminalizar a LGBTfobia, aliado a isso reivindicou-se investimentos para ações voltadas à educação, à comunicação e à cultura em direitos humanos (Brasil, 2016).

A sessão na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016 determinou o envio do processo de *impeachment* de Rousseff para o Senado. Os discursos²⁰ de alguns deputados, a exemplo de Jair Bolsonaro (PSC), não se ativeram às alegações dos crimes de responsabilidade que a então presidenta teria cometido – supostas pedaladas fiscais e decretos orçamentários sem prévia autorização do Poder Legislativo, de acordo com notícia publicizada no portal do Senado Federal, em maio de 2016.

Ao contrário, fizeram apologia à tortura e à ditadura militar, homenagearam torturadores e vociferaram que votariam a favor do impedimento pela “família” - no singular, tal seja a família heterossexual, monogâmica e nos moldes patriarcais - e por “Deus”, conforme expôs Reis (2016).

²⁰ O documento pode ser lido em sua totalidade através do endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>.

Harvey (2024) argumenta que pauta da corrupção estava sendo utilizada muito mais como um projeto para castrar a esquerda:

Dilma Rousseff foi destituída da Presidência por conta de uma acusação irrisória de corrupção, as chamadas pedaladas fiscais. Não foi corrupção pessoal nem desvio de dinheiro. O sujeito que assumiu o lugar dela foi gravado dizendo coisas bastante comprometedoras. Mas ninguém foi atrás dele. Fora a conspiração para prender Lula por corrupção, o que foi, no mínimo, um processo dúbio. (Harvey, 2024, p. 58)

Estava decretado o exaurimento da política de conciliação promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde a primeira posse de Lula e que, de acordo com Antunes (2018), não interessava mais às frações da burguesia brasileira. Compreendemos o momento como prelúdio dos rumos que a política tomaria com os dois governos subsequentes.

2.2 A Era dos Desmontes (2016 – 2022)

Antunes (2018) nos alerta que com a chegada de Michel Temer (ex-vice-presidente da República) ao Palácio do Planalto após um golpe sob nova roupagem e com atuação decisiva do Parlamento:

Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Foi emblemática a tentativa feita por Temer, visando abrandar (na verdade eliminar) as restrições que proibiam o trabalho escravo no Brasil, em fins de 2017, medida profundamente antissocial que foi suspensa, dada a repulsa generalizada que encontrou. (Antunes, 2018, p. 298-299)

A política LGBT+ foi vertiginosamente impactada no período político de Temer (2016-2018). Ainda no primeiro ano de seu mandato o chefe do Executivo propôs o teto de gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), que a despeito das manifestações e da resistência popular, foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016. Em síntese, esse regime de ajuste fiscal, despido de qualquer compromisso com a justiça social, limita o aumento de gastos públicos, reduzindo²¹ drasticamente os recursos destinados à assistência social, à educação e à saúde:

²¹ Foram veiculadas notícias, subsidiadas por estudos, sobre a diminuição dos repasses orçamentários para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para a educação e a saúde: <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-mostra-sistema-unico-assistencia-social-sofreu-perda-recursos>
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/21/teto-de-gastos-provoco-queda-de-recursos-para-educacao-apontam-especialistas>

A referida EC é expressão cabal da tese já anunciada segundo a qual a apropriação do fundo público é uma pilastra da valorização do capital, ainda mais no atual padrão de acumulação com dominância financeira. O novo regime fiscal terá, pois, rebatimentos negativos sobre o financiamento das políticas sociais – a exemplo da educação, da saúde e da seguridade social. (Rocha; Macário, 2016, p. 450)

Ferreira e Irineu (2024) discorrem que ao compararmos os governos de Lula e Dilma inferiremos que os recursos financeiros destinados à política LGBTQ+ sofreram uma substancial redução, todavia, é no governo de Temer que o impacto se torna ainda mais robusto.

Os retrocessos perpetrados pelo governo de Michel Temer foram imensuráveis. Um levantamento realizado pela organização jornalística “Aos Fatos”²², em 2017, baseado nos dados sobre o orçamento público disponíveis nos sistemas Portal da Transparência e Siga Brasil, indicou que os repasses federais para programas específicos para a comunidade LGBTQ+, no supramencionado governo foram zerados.

Sob o comando de Mendonça Filho, o Ministério da Educação suprimiu da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as expressões “orientação sexual” e, em determinados trechos, “gênero”. Representando, desse modo, uma conquista para os setores conservadores da política e da sociedade que defendiam o ocultamento do debate da sexualidade nas escolas.

No que tange à violência LGBTQfóbica, o número de assassinatos entre os anos de 2016 a 2018 aumentaram exponencialmente se comparados com os anos anteriores, de acordo com os dados dos relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-cao-da-ec-95-2016>

²² Para acessar a reportagem na íntegra ver: <https://www.aosfatos.org/noticias/temer-reduz-a-zero-repasses-a-politicas-de-combate-homofobia/>.



Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais produzidos pelo GGB.

É necessário enfatizar que os números apresentados acima podem ser ainda mais alarmantes, pois, persiste a subnotificação ou a falta de relação das mortes com a orientação sexual e a identidade de gênero. Cisne e Santos (2018) apontam que:

Os crimes de ódio revelam, também, a gravidade da LGBTfobia e a incapacidade/insuficiência do Estado brasileiro em incidir sobre essa forma de violência. Prevalece o funcionamento de uma espécie de “Estado paralelo” que julga, condena e executa sumariamente. Nos casos de crimes de ódio contra LGBT, estes são patrocinados por uma sociedade desigual, que articula relações patriarcais e rejeição à diversidade sexual e à livre identidade de sexo; que atribui pena capital pelo fato de esses indivíduos orientarem sua vida afetivo-sexual fora dos padrões dominantes, heterossexistas, aceitos socialmente. (Cisne; Santos, 2018, p.131)

As eleições presidenciais em 2018 colocaram frente a frente, no segundo turno, os velhos conhecidos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Haddad era Ministro da Educação no governo de Dilma à época das discussões acerca do projeto Escola Sem Homofobia. Já Bolsonaro, Deputado Federal do estado do Rio de Janeiro desde 1991, figura caricata, afamado por suas falas polêmicas e ferrenho opositor das pautas da diversidade sexual utilizou, conjuntamente com políticos opositores do governo, a alcunha “*Kit Gay*” para designar de forma preconceituosa o Escola Sem Homofobia (Ramalho, 2018).

Jair Bolsonaro derrotou Haddad nas urnas, um fato inédito, a ascensão da extrema-direita brasileira ao poder por vias democráticas:

A eleição de Bolsonaro para presidente, em uma campanha baseada na combinação de discursos de ódio com *fake news*, tem ainda despertado diversas análises com o

objetivo de compreender essa vitória surpreendente. Afinal, como seria possível aclamar chefe da nação um candidato que desqualifica a democracia, vocifera preconceitos e estimula violências contra diversos grupos vulneráveis?

A questão é complexa e demanda uma reflexão sem distintos níveis e frentes. Certamente, há fatores determinantes que vão desde a violência estrutural naturalizada na formação da pouco cordial sociedade brasileira até o colapso institucional da Nova República, passando pelo antipetismo alimentado pela mídia e por setores do Judiciário em uma cruzada – um tanto quanto seletiva – contra a corrupção nos últimos anos. Todas essas variáveis são decisivas, mas uma dimensão ainda é negligenciada no debate público sobre a emergência da variante tupiniquim do conservadorismo atual: sua íntima associação com uma política moral e sexual. (Quinalha, 2022, p.136-137)

Segundo Toitio (2019) a vitória de Bolsonaro selou, definitivamente, o rompimento da relação entre o movimento LGBTQ+ e o Poder Executivo Federal. A política LGBTQ+ celeremente começou a ser desmantelada, já em janeiro de 2019, a partir da Medida Provisória Nº 870, de 1º de Janeiro de 2019 que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios identificamos a reestruturação do Ministério dos Direitos Humanos, doravante nomeado “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” e a sintomática retirada das diretrizes concernentes à promoção e à defesa dos direitos da população LGBTQ+.

O chefe do Executivo designou Damares Alves, advogada e pastora evangélica, para assumir ao referido Ministério. Em seu primeiro discurso no dia 02 de janeiro de 2019, Damares pronunciou, euforicamente, que: “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” e acrescentou: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. O assunto tornou-se um dos mais comentados no país e a ministra argumentou que havia utilizado de uma metáfora para se opor à “ideologia de gênero” que deveria ser veementemente combatida. De acordo com Miskolci (2018), a “ideologia de gênero” pode ser compreendida da seguinte forma:

No caso em pauta, é possível compreender “ideologia de gênero” como um referente compartilhado a despeito de diagnósticos diversos sobre o que ele significa e das razões pelas quais ele deveria ser combatido. Se para a Igreja representa uma vertente teórica e política que contesta sua hegemonia em fóruns internacionais, para seguidores religiosos é uma noção que ameaça concepções idealizadas sobre a família e seu papel social, e, para agnósticos com interesses políticos ou econômicos à direita, representaria uma agenda oculta de doutrinação “marxista”

O espectro “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. Discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião

pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas. (Miskolci, 2018, p. 6 - 7)

Ou seja, o discurso acerca da “ideologia de gênero” é utilizado de maneira contumaz por setores conservadores e religiosos para se referir às discussões acerca do gênero e da diversidade sexual, com o objetivo de antagonizar e repreender a ideia de que o gênero é uma construção social e de defender, sob seu prisma, o binarismo de gênero e um único modelo de família – nuclear; heterossexual; monogâmico e patriarcal.

Oliveira (2023) discute, de forma exímia, sobre as tendências da política de enfrentamento do HIV/AIDS na gestão de Bolsonaro, que a autora classifica como negacionista, anticiência e assentada em discursos conservadores e preconceituosos. Além disso, houve da disseminação indiscriminada de informações falsas que atacavam diretamente as pessoas que vivem com HIV. Ferreira e Irineu (2023) em convergência com os apontamentos de Oliveira (2023) salientam que em fevereiro de 2019 o Ministério da Saúde reorientou as campanhas específicas de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, desconsiderando as particularidades da comunidade LGBTQ+. Ademais, em maio de 2019 extinguiu-se, por meio de Decreto Presidencial, o Departamento de HIV/AIDS, o reestruturando como “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”.

É fulcral destacar que entidades e articulações que atuam na defesa de direitos das pessoas que convivem com HIV não permaneceram inertes diante desse contexto adverso e repudiaram²³ a extinção do Departamento de HIV/AIDS e denunciaram o desmonte do programa considerado como referência internacional na prevenção e tratamento ao HIV/AIDS:

A política brasileira de prevenção e tratamento do HIV/AIDS é reconhecida e elogiada em todo o mundo. A própria construção do SUS, com a busca da positividade do direito à saúde no processo de redemocratização, são inseparáveis das lutas por um tratamento gratuito, eficaz e multidisciplinar para pessoas convivendo com o HIV/AIDS.

Para além dos ataques prenunciados aos princípios da gratuidade, integralidade e da universalidade do SUS, sobretudo após a aprovação do novo regime fiscal com o teto de gastos públicos (EC 95/2016) e mesmo em contexto de pandemia, despertaram especial preocupação as declarações [...] que apontavam para a visão estigmatizadora de responsabilização moral de pessoas convivendo com HIV/AIDS.

²³ Nota pública assinada conjuntamente pelas entidades e organizações: <https://gestos.org.br/2019/05/fim-departamento-aids/>.

Segundo essa visão, haveria um custo exagerado na política de combate à AIDS por causa de uma “banalização da doença”. (Quinalha, 2022, p. 140-141)

Em 27 de junho de 2019 – dia anterior àquele em que se celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+, em referência à Revolta de Stonewall – fora assinado o Decreto Nº 9.883 que, de forma concisa, dispunha sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, promovendo seu desmonte, além disso, de maneira arbitrária excluía as ações direcionadas especialmente à população LGBTQ+²⁴ e cerceava a participação e o controle social. Mais do que representar um retrocesso institucional, compreendemos que o esvaziamento desses espaços de discussões traz à tona e reforça um dos traços constitutivos de nossa formação sócio-histórica: o autoritarismo, bem como a aversão pela participação do povo em processos proponentes e decisórios.

Sublinhamos, em outro momento, que em decisão histórica o STF equiparou a LGBTQfobia aos crimes de racismo, em 2019, sendo considerado pelos Ministros que houve omissão legislativa nas tratativas de condutas homofóbicas e transfóbicas. Jair Bolsonaro, segundo a reportagem de Mazui, Castilhos e Ortiz (2019), se posicionou contrariamente à decisão do STF, afirmando que se tratava de um completo equívoco, uma vez que o Supremo Tribunal Federal estaria legislando e aprofundando a luta de classes. O chefe do Executivo acrescentou, também, que a criminalização prejudicaria os homossexuais, exemplificando que o empregador pensaria duas vezes antes de contratá-los, pois, poderia acarretar em problemas dentro da empresa.

Contudo, o STF não revogou a decisão e o Brasil tornou-se o quadragésimo terceiro país do mundo a criminalizar a LGBTQfobia. Uma conquista para a comunidade LGBTQ+ em um momento em que tônica maior era o desmonte das políticas direcionadas a ela.

²⁴ O Conselho Nacional de Direitos Humanos, no uso de suas atribuições, elaborou uma nota pública repudiando a extinção do Conselho LGBTQ+, discorrendo que não haviam garantias que o novo “Conselho” contemplaria as demandas da população LGBTQ+ e, no derradeiro parágrafo, propunha que a medida fosse revista, visando o respeito à luta histórica do movimento LGBTQ+. A nota completa pode ser lida em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mocoes-e-notas/copy2_of_NotaPblicacontraaextinodoConselhoLGBT.pdf.

Não temos como objetivo realizar uma discussão pormenorizada acerca da pandemia de COVID-19²⁵, entretanto, diante dos impactos desencadeados pela crise sanitária, destacaremos alguns aspectos sucintamente.

No ano de 2020 a transmissibilidade do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus) atingiria níveis pandêmicos. Para as pessoas partícipes da classe trabalhadora os rebatimentos seriam ainda mais perversos:

A pandemia da covid-19 consiste em uma crise sanitária que se soma à crise do capital, que já vinha sendo vivenciada mundialmente, o que catalisou e escancarou as desigualdades estruturais, assim como as dificuldades de atendimento à população com o recorrente desmonte e desfinanciamento das políticas sociais pelo projeto neoliberal. Assim como em outros períodos da história mundial, a crise do capital, dessa vez somada à sanitária, ocasiona proposições de mudanças na organização das políticas públicas e modificações no mundo do trabalho, que visam a recuperar as taxas de lucro do capital e repercutem de modo perverso nas condições de vida e trabalho da população e de categorias profissionais, ou seja, do conjunto da classe trabalhadora. (CFESS, 2020, p. 20)

Aliado a isso tínhamos à frente do Governo Federal um líder que reforçou sua postura negacionista, reiteramos que o trabalho de Oliveira (2023) aprofunda sobre o assunto, sendo assim, o abordaremos sumariamente. Oliveira (2023) enfatiza que enquanto o mundo realizava a corrida em busca de vacinas eficazes contra o vírus, o governo do país se opunha à vacinação em massa, concomitantemente a isso disseminava informações falsas. Ademais, a mencionada autora nos recorda que Bolsonaro defendia irrestritamente o uso do “kit covid”, composto por medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada no tratamento de Coronavírus.

Com o desfinanciamento das políticas sociais intensificado desde a gestão anterior, não apenas o Sistema Único de Saúde colapsou neste contexto de crise sanitária, como houve o aumento exacerbado da precarização das condições de vida da classe trabalhadora:

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das

²⁵ Sugestionamos a leitura do artigo de autoria de Alef Santana e Lucas Melo (2021) que refletem criticamente sobre os impactos sociais da pandemia de COVID-19, bem como os encontros adotados no cotidiano de pessoas LGBT+.

políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência.(Castilho; Lemos, 2021).

Compreendemos que todos os sujeitos que utilizam da política social são impactados quando a discussão se refere aos recursos para a área social e a disputa pelo fundo público. Entra em cena a chamada “austeridade fiscal” que “[...] assume a forma de cortes orçamentários, especialmente para a assistência social, e tributação regressiva (ou seja, uma política tributária que tira proporcionalmente mais dinheiro de quem tem menos).” (Mattei, 2023, p. 190). O fundo público no Brasil é disputado pela burguesia nacional e internacional e pela classe trabalhadora. Uma parcela significativa do nosso fundo público (42,96%), de acordo com o *site* Auditoria Cidadã da Dívida²⁶ (2025) é destinada ao pagamento da dívida pública que carece de uma auditoria honesta.

Postulamos que para a população LGBTQ+ a disputa por recursos para o fundo público torna-se ainda mais complexa, uma vez que o conservadorismo – traço constitutivo das nossa formação sócio-histórica – se faz presente na política, como já exemplificado, além das descontinuidades e fragmentações das políticas sociais voltadas para esse público.

Para além da LGBTQfobia institucionalizada, a consolidação do ultraneoliberalismo, que nos termos de Souza (2023), conceitualmente significa um novo ciclo do neoliberalismo:

[...] cuja agenda radicaliza as políticas de austeridade e transferências de fundo público para o capital rentista por meio de legislações e também rejeita (ou menospreza) a democracia liberal, combinando-se, portanto, com elementos reacionários e neofascistas (Souza, 2023, p. 400)

As pessoas LGBTQ+ enfrentaram o desafio de permanecerem em casa, *locus* privilegiado para a ocorrência de violações de direitos. Um estudo conduzido em 2020 pelo especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU), Victor Madrigal-Borloz, concluiu que a comunidade LGBTQ+ padeceria com os impactos da pandemia de maneira desproporcional, pois, poderiam ser afetadas com a violência doméstica motivada pela discriminação por orientação sexual e de gênero durante o confinamento, adoecimento psíquico por estresse e isolamento social, além da preocupação com a situação financeira e o acesso às políticas sociais.

²⁶ Todos os anos a Auditoria Cidadã da Dívida elabora um gráfico com o objetivo de expor quais foram as destinações dos recursos do Orçamento Público Federal. As informações podem ser encontradas na íntegra através do endereço: < <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/confira-o-novo-grafico-do-orcamento-federal-de-2024-e-o-dividometro/> >.

Para concluir, concordamos com o argumento de Quinalha (2022) que retrocedemos ao passarmos de um período em que se objetivava ampliar e assegurar os direitos para pessoas LGBTQ+ para outro com discussões pueris e, em grande medida, nocivas, que contaminaram os debates acerca do gênero e da sexualidade e que não serão revertidas em um curto prazo. A reeleição de Jair Bolsonaro, em 2022, poderia, *a priori*, suscitar mais revogações e restrições no que se refere aos modos de vidas considerados desviantes dos “padrões”, entretanto, com seu revés nas urnas, Lula retorna à presidência no ano de 2023, subsequentemente debateremos sobre sua gestão.

2.3 A Era das Reconstruções

No dia 1º de janeiro de 2023 o presidente Luís Inácio Lula da Silva subiu a rampa do Planalto pela terceira vez, em uma cerimônia permeada por simbolismos. Diante da ausência de Jair Messias Bolsonaro na entrega da faixa presidencial ao seu sucessor, um grupo que representava a diversidade do povo brasileiro, o fez (Carvalho *et al*, 2023).

No seu plano de governo²⁷, publicizado em agosto de 2022, Lula manifesta a necessidade de se reconstruir e transformar o país, que segundo o documento, havia sido devastado por um processo de destruição. A diretriz número 41 é demasiadamente pertinente ao trabalho em tela, pois, trazia consigo uma proposta especificamente para o público LGBTQ+:

41. Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual. Propomos políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Políticas que garantam o direito à saúde integral desta população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho e que reconheçam o direito das identidades de gênero e suas expressões. (Brasil, 2022, p. 9)

Além disso, incluiu-se a população LGBTQ+ na diretriz número 31 que postulava sobre o direito fundamental de acesso às políticas de segurança pública.

²⁷ Consultamos, também, o plano de governo do presidenciável Jair Bolsonaro (PL), todavia, não existiam menções sobre a temática de diversidade sexual, tampouco proposições de políticas sociais direcionadas às pessoas LGBTQ+.

Com a assinatura da Medida Provisória Nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023 que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, o chefe do Executivo instituiu o “Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania” tendo como área de competência, também, políticas e diretrizes destinadas à promoção de direitos humanos das pessoas LGBTQ+.

Além disso, o Governo Federal estabeleceu a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+²⁸, no âmbito do supramencionado Ministério. A ativista Symmy Larrat foi nomeada como Secretária, sendo a primeira travesti a ocupar um cargo dessa natureza na história do país (Brasil, 2023).

Em abril de 2023 instituiu-se o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos e Assexuais, inequivocadamente uma conquista da sociedade civil, principalmente no que se refere à representatividade popular, à avaliação e às formulações de políticas direcionadas às pessoas LGBTQ+ que intencionalmente foram invisibilizadas nos anos pregressos.

Contudo, a reportagem publicada por Carvalho (2024) adverte que apesar dos avanços da política LGBTQ+ no ano de 2023, há entraves para efetivação das políticas, sobretudo no que se refere aos direitos das pessoas trans que permanecem obstados. Carvalho (2024) conduziu entrevistas, sendo uma das participantes Bruna Benevides – secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) – que considera a situação da maioria das pessoas trans inalterada como resultado da ausência do compromisso do poder público com as vidas trans. Carvalho (2024) apresenta que principal limitação para avanços das políticas LGBTQ+, de acordo com os entrevistados, é o Congresso Nacional, eminentemente conservador, além de confrontar o Poder Executivo sobre as pautas dos direitos humanos.

Entre tensões e avanços, o Governo Federal convocou a IV Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos,

²⁸ Ressaltamos que este é o acrônimo utilizado pelos órgãos do Governo Federal. A letra “Q” refere-se às pessoas “queers” que não se limitam ao padrão heteronormativo e transitam entre as noções de gêneros. A letra “I” é designada para pessoas intersexo, elas não possuem características biológicas que se enquadrem especificamente ao gênero masculino ou feminino, no passado eram denominadas “hermafroditas”. E a letra “A” é destinada para pessoas assexuais que sentem parca ou nenhuma atração por outras pessoas.

Assexuais e outras, realizada em outubro de 2025, após um hiato de nove anos, com o tema central “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”.

Os debates e as proposições realizadas na Conferência estruturaram-se com base em quatro eixos temáticos que se ramificavam em Grupos de Trabalho. Foram aprovadas oitenta propostas e dezesseis priorizadas. Sumariamente, as reivindicações concentraram-se na importância de se instituir um programa permanente de prevenção e enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQ+, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Além da necessidade de se criar, ampliar e manter centros de referência e casas de acolhimento para pessoas LGBTQ+, assegurando-lhes o atendimento psicossocial, jurídico, educacional e de saúde. A formação permanente, nas três esferas do governo, para servidores e gestores públicos também foi proposta, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas e de oferecê-los letramento sobre gênero e sexualidade e respeito à identidade de gênero e ao nome social. Manifestou-se como prioritária a criação e regulamentação de políticas afirmativas de reserva de vagas em concursos públicos e processos seletivos para pessoas LGBTQ+, especificamente para transexuais, travestis, não binários e intersexo. Além disso, requisitou-se a garantia orçamentária das políticas públicas voltadas à população LGBTQ+ com a destinação mínima de 0,5% de recursos da receita corrente líquida e da criação de rubricas específicas nos Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Para além disso, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ estão construindo, no decorrer da atual gestão, a “LGBTQIA+ Cidadania”, que reúne ações e programas para proteção e garantia de direitos das pessoas LGBTQ+, a exemplo da Estratégia Nacional de Trabalho Digno e Geração de Renda que busca efetivar o Programa Empodera +, visando a preparação e a ocupação de pessoas LGBTQ+ no mundo do trabalho e, por conseguinte, sua autonomia financeira. A Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência possui o Programa Acolher + que apoia casas e acolhimento para pessoas LGBTQ+ em vulnerabilidade socioeconômica, além de fortalecer os espaços organizados pela sociedade civil e implementar Casas de Acolhimento conjuntamente com os estados e os municípios. O Programa Bem Viver + tem em seu escopo ações de enfrentamento à violência e a promoção de direitos humanos para pessoas LGBTQ+ nos territórios do campo, das águas e das florestas. O Retifica + objetiva a criação de calendários nacionais para a realização de mutirões que facilitem a retificação do prenome e

gênero das pessoas transexuais e travestis, em parceria com as Defensorias Públicas Estaduais.

Para finalizar o item, concluímos que é um equívoco considerar que há, inevitavelmente, um acúmulo de conquistas nas políticas sociais e nos direitos direcionados às pessoas LGBTQ+ ao longo dos anos, existem, de fato, disputas, tensionamentos, avanços e retrocessos inerentes à contraditoriedade da política social no modo de produção capitalista. Aliado a isso, as particularidades da nossa formação sócio-histórica, a condição de dependência a qual nos inserimos na dinâmica capitalista e o receituário neoliberal trazem rebatimentos para as conformações das políticas sociais e explicam, em última instância, os entraves, as fragmentações e descontinuidades para a construção da cidadania LGBTQ+.

Depreendemos que, os governos inclinados à esquerda tendem a ser mais permeáveis às demandas das parcelas consideradas como “minorias”, ainda sim, é imprescindível que as ações sejam políticas de Estado e que na acirrada disputa pelo fundo público, a classe trabalhadora se articule e logre êxito na conquista de dotações orçamentárias que viabilizem a criação e manutenção das políticas sociais.

E, derradeiramente, defendemos as políticas sociais, todavia, compreendemos que as transformações, bem como a eliminação de todo o tipo de exploração e das desigualdades de classes somente advirão de um novo horizonte societário, que coloque em xeque o cerne da “questão social” e todas as suas mazelas.

2.4 Os Centros de Referência LGBTQ+ no Brasil

Acreditamos ser imprescindível demarcarmos, desde o limiar do presente tópico, que existem distinções entre os Centros de Referência e as Casas de Acolhimento LGBTQ+. Destarte, os primeiros, a exemplo do CRA LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais, ofertam atendimento jurídico, psicológico e social às pessoas LGBTQ+ e às suas famílias, recebem denúncias acerca de violências LGBTQóficas, concomitantemente promovem e apoiam ações

educativas e culturais, além de realizarem encaminhamentos para a rede socioassistencial e de saúde²⁹.

As Casas de Acolhimento por sua vez, disponibilizam, para além dos atendimentos supramencionados, alimentação, moradia transitória e mediações para a reinserção social (Brasil, 2025). É necessário ressaltar que a ausência histórica de políticas sociais destinadas à população LGBTQ+ acarretou esforços e articulações da sociedade civil para que houvesse a viabilização desses locais de abrigo. Em reconhecimento ao protagonismo popular e à urgência de uma atuação institucionalizada, o Governo Federal lançou em 2024, através da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o Programa Acolher +:

O Programa Acolher+ representa, portanto, uma mudança de paradigma na construção de política pública ao reconhecer institucionalmente as Casas de Acolhimento LGBTQIA+ enquanto equipamentos legítimos, estratégicos e prioritários para o enfrentamento das múltiplas formas de violência física, simbólica, institucional e estrutural que recaem sobre essa população. A proposta de fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ se ancora em uma perspectiva interseccional, antidiscriminatória e territorializada, considerando as múltiplas vulnerabilidades que se cruzam nos corpos e vivências das pessoas abrigadas e acolhidas: racismo, transfobia, lesbofobia, homofobia, pobreza, capacitismo, violência doméstica e exclusão educacional, entre outros. A atuação do Programa Acolher+ é orientada por princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade material, justiça social, laicidade do Estado e participação social, e, sobretudo, pelo direito inalienável de todas as pessoas viverem em uma sociedade livre de discriminação. (Brasil, 2025, p. 16)

Isto posto, analisaremos neste momento a trajetória dos Centros de Referência LGBTQ+ no país. Embora o documento do Programa Brasil Sem Homofobia tenha disposto sobre o apoio à criação de Centros de Referência, é um equívoco considerarmos que é somente a partir do referido Programa que se inicia a construção desses espaços.

A experiência pioneira no que tange aos Centros de Referência LGBTQ+ é datada do final da década de 1990 sendo instituída no estado do Rio de Janeiro. Em junho de 1999 o governo estadual lançou o Disque Defesa Homossexual (DDH), operado conjuntamente com representantes e voluntários das entidades de defesa das consideradas “minorias” homossexuais (Oliveira, 2006), no âmbito do Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) que integrava a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Oliveira (2006) discorre que a iniciativa do DDH se constituiu como fundamental para aproximação entre sociedade civil e Estado e para que esse

²⁹ Conforme expresso na Lei Complementar Nº 224 de 08 de maio de 2023 que dispõe sobre a criação do Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais.

último não apenas impusesse suas ações, como realizado outrora, mas para que, sobretudo, a comunidade homossexual organizada conquistasse o seu protagonismo na construção, implementação e execução das políticas sociais.

Carrara *et al.* (2017) embasados pelo primeiro relatório do DDH, construído em outubro de 1999, apresentam que o Centro de Referência objetivava coordenar iniciativas que visavam a formação, sensibilização e capacitação de policiais civis e militares, ademais, as razões para a criação do serviço teriam sido justamente o reconhecimento do estado acerca da inexistência de uma política que atendesse às especificidades da população homossexual³⁰, a importância em se registrar as ocorrências de crimes contra pessoas por sua orientação sexual e identidade de gênero bem como atuar na diminuição de suas incidências. Além disso, Oliveira (2006) destaca que o CERCONVIDH tinha como intuito orientar a ação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros caso fossem vítimas de violência e violação de direitos. O público-alvo do Centro de Referência era encaminhado para serviços de apoio jurídico, psicológico, social e, também, era acompanhado às delegacias.

Outro aspecto demasiadamente relevante trazido por Oliveira (2006) referiu-se à paulatina inserção da população homossexual, historicamente excluída, às Secretarias do estado do Rio de Janeiro permeadas pela homofobia institucional, significando, de acordo com o autor, um avanço no trato das questões relacionadas à diversidade sexual oportunizada pelo CERCONVIDH:

O CERCONVIDH-DDH-RJ vem representando um marco de estabelecimento de um espaço onde a sociedade organizada GLBTS vem atuando, gerenciando, implementando e ajudando a construir políticas de segurança e de cidadania com o Governo. Tem sido uma das instâncias de reconhecimento dos homossexuais como interlocutores importantes na discussão de uma nova sociedade brasileira. Esta iniciativa vem apontando para uma tendência, a tentativa de se instaurar um processo de transformação de cultura homofóbica em cultura de cidadania, com respeito às diversidades, onde os GLBTS têm que ser reconhecidos como cidadãos e ter assegurados seus direitos, principalmente no âmbito da segurança, com o Estado como agente desta segurança. O serviço de DDH tem permanecido tão inovador que despertou e desperta a atenção e o interesse de organizações governamentais e não-governamentais de outros estados em criar serviços semelhantes, inspirados no modelo carioca. Hoje em dia existem pelo menos dois DDH, em Belo Horizonte e em Campinas. (Oliveira, 2006, p. 18-19)

³⁰ Para que não incorramos em erros anacrônicos adotaremos o termo utilizads à época da criação do Centro de Referência, depreendemos a partir dos documentos o uso de “homossexual” como genérico e abrangente à toda comunidade LGBT+.

O DDH permaneceu atuante, como salientam Carrara *et al.* (2017), durante os anos 2000 ainda que sem grande apoio governamental. Cabe destacar que o ano subsequente à criação do CERCONVIDH-DDH-RJ foi marcado por uma crise que atingiu a Secretaria de Segurança do estado e impactou o funcionamento do projeto que detinha a sua sustentação centrada em um conjunto de pessoas que foram demitidas:

Com a troca da gestão, os laços e as alianças que contribuíam para o andamento do projeto foram perdidos e o processo de estruturação da política, interrompido. Como não existia nenhum estatuto formal estabelecendo o serviço, seu funcionamento ficava vulnerável às vontades da administração responsável. Porém, mesmo sem grande apoio e eficácia, o DDH permaneceu atuante ao longo da primeira década dos anos 2000, tendo tido suas instalações transferidas para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão. (Carrara *et al.*, 2017, p. 22)

Depreende-se a partir do exposto que o CERCONVIDH-DDH enquanto experiência precursora esteve eminentemente atrelado à Política de Segurança Pública, com a capacitação de policiais e de funcionários das Secretarias de Estado do Rio de Janeiro, bem como na orientação de pessoas homossexuais a como agirem em situações de violência e violação de direitos, além do anseio pela sistematização e garantia de oficialidade dos dados da violência que advinham, principalmente, de fatos noticiados e de relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia.

Inequivocadamente a experiência supramencionada configura-se como imperiosa no que tange à temática da diversidade sexual e dos direitos das pessoas LGBTQ+, contudo, é o modelo implementado no município de Campinas/São Paulo, no ano de 2003, que mais se assemelha à proposta do CRA LGBTQ+ de Ouro Preto. De acordo com Oliveira (2006) pela primeira vez na história do país o poder público tornou-se mais permeável, acatou às reivindicações da comunidade LGBTQ+ e estruturou um serviço que objetivava ofertar assistência social, atendimentos psicológicos e jurídicos, além de ser o espaço para receber demandas e formular políticas sociais para esse segmento da sociedade. Outro aspecto que aproxima os dois serviços é o fato de ambos integrarem a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (denominada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, na cidade de Ouro Preto).

Ainda assim, verificaremos no item subsequente que os profissionais do CRA LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais não visitaram, até o momento em que a presente pesquisa é elaborada, o Centro de Referência LGBTQI+ de Campinas, todavia, alguns trabalhadores conheceram os espaços e as atividades desenvolvidas nos serviços situados em

Fortaleza/Ceará, cabe destacar que o referido estado é vanguardista no que se refere à defesa e à promoção de direitos das pessoas LGBTQ+, exemplo disso é a criação da Secretaria da Diversidade do Ceará; pioneira no Brasil, e sendo assegurado pela Constituição Estadual o princípio de defesa da igualdade e o combate a qualquer forma de discriminação em razão, também, do sexo e da orientação sexual.

Os locais visitados foram o Centro de Referência LGBTQ+ Janaína Dutra – instituído no ano de 2012 enquanto política municipal vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos - e o Centro Estadual de Referência LGBTQ+ Thina Rodrigues – inaugurado em 2021. Ambos ofertam atendimentos nas áreas de assistência social, psicológica e jurídica, além de serem realizados encaminhamentos para a rede pública, seja ela municipal ou estadual.

Ademais, houve visitas técnicas no estado de Minas Gerais, ao Centro de Referência LGBTQ+ (CRLGBT) no município de Belo Horizonte, criado no ano de 2007, no contexto do Programa Brasil Sem Homofobia. O local, em consonância com os outros serviços supramencionados, oferta atendimentos sociais, psicológicos, pedagógicos, orientações jurídicas, auxílio na retificação do nome e gênero, além de encaminhamentos para outros serviços, caso seja necessário. E ao Centro de Referência e Promoção da Cidadania e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Não-Binários e Intersexuais (CeR-LGBTQI+), na cidade de Juiz de Fora, inaugurado em 2019, salientamos que o CeR-LGBTQI+ se difere dos outros serviços outrora mencionados, pois, diz respeito a um programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ações direcionadas ao acolhimento psicossocial, orientações jurídicas e acerca dos direitos das pessoas que são atendidas, além da apresentação e das políticas sociais ofertadas no município.

O item a seguir discorre especificamente sobre o Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ do município de Ouro Preto/Minas Gerais.

CAPÍTULO 3: RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 O Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais

Começamos este item concernente à pesquisa de campo que realizamos no Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais no segundo semestre do ano de 2025 com a frase de autoria da professora Miriam Limoeiro Cardoso³¹: *a pesquisa científica busca algo e não qualquer coisa. Ela sabe o que está procurando, embora não saiba o que vai encontrar e esteja aberta para encontrar o que não esperava.*

Embora tenhamos construído previamente dois roteiros para a condução das entrevistas; um para a equipe técnica e educadores sociais e outro para diretoria de Promoção Social, houve diálogos para que os (as) participantes pudessem se sentir à vontade para explorar ou aprofundar alguma questão que considerassem pertinente. Cabe destacar que as entrevistas ocorreram nas dependências do equipamento, presencialmente, sendo gravadas em aparelho telefônico, mediante autorização das pessoas participantes.

Foram entrevistados(as), ao total, 07 profissionais sendo eles(as):

- Pedagoga (01);
- Assistente Social (01);
- Psicólogo (01)
- Educadores(as) Sociais (02);
- Procuradora Municipal (01)
- Diretor de Promoção Social (01).

Visando a garantia de sigilo sobre as informações apresentadas pelos(as) participantes, os(as) identificaremos através de números que irão de 01 a 07. Reiteramos que o CRA LGBTQ+ é composto por 12 profissionais.

³¹ A citação abre a seção das considerações finais do livro “Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social” (2025) das autoras Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso.

Todas as pessoas responderam à primeira pergunta intitulada **“Você sabe como foi o processo de criação do CRA LGBT+?”**

De acordo com a entrevistada 01 a criação se deu pela “Lei Complementar 224 de 2023 onde instituía o equipamento como Centro de Referência e Acolhimento com dois cargos técnicos só que eram o de psicólogo e o de assistente social, se eu não me engano.” (Entrevistada 01, 2025).

As pessoas entrevistadas são unânimes ao argumentarem que o profissional que ocupa o cargo atualmente de Diretoria de Promoção Social foi basilar no processo de criação do equipamento. Segundo a entrevistada 01 (2025):

Ele entendeu que era um espaço importante, após algumas conversas que ele teve e falaram que não existia público em Ouro Preto pra um equipamento como esse. Chegaram a brincar com ele que em Ouro Preto deviam ter mais ou menos cinquenta LGBT+. Aí eles fizeram uma pesquisa, um levantamento da população e aí nesse levantamento eles tiveram mais de, se eu não me engano, oitocentas respostas. Então a demanda era muito maior do que eles consideravam. E aí surge a ideia de fazer, de criar um espaço seguro onde a população se sentisse acolhida onde tivesse acesso e garantias de direitos. (Entrevistada 01, 2025)

Os(as) entrevistados (as) 02 e 03, em consonância com o que fora dito pela entrevistada 01, discorrem que o processo de criação do CRA LGBT+:

Foi de uma pessoa da comunidade LGBT que viu essa necessidade e a importância de um espaço como o CRA para a comunidade, por atuar na política, ele pegou a frente dessa ideia e desenvolveu junto com a equipe da Prefeitura com a equipe do Desenvolvimento Social. Então, eu acredito que foi a partir de uma pessoa que sentiu a necessidade mesmo de um espaço como esse. E acho que tem a questão também da Prefeitura ter abraçado, porque senão não teria. O CRA existe porque a Prefeitura abraçou a ideia, porque é uma Lei Municipal, se você for olhar nacionalmente, não é. Então tem um pioneirismo daqui. (Entrevistados(as) 02 e 03, 2025).

Para além do protagonismo da Diretoria de Promoção Social, o entrevistado 04 apresenta que os movimentos sociais da sociedade civil se configuraram como imperiosos na idealização e construção do CRA LGBT+:

Foi através de um movimento da sociedade civil que na época o Diretor estava encampando. Buscando políticas públicas pra população LGBT+, criar serviços e legislações pensando na população LGBT+. Quando foi discutir, as pessoas que estavam na gestão, as pessoas responsáveis não tinham ideia de como que era a população LGBT+, achava-se que tinha 50 pessoas como ele mesmo (o Diretor) comenta nas falas dele.

Foi feito um diagnóstico, e, também um levantamento de qual que era o perfil da população ainda muito voltado para área da saúde que era onde ele estava inserido. Constatou-se mais 700 respostas, mesmo no período de pandemia, muito focado em violências, em questões de violações de direitos e tudo mais. E assim surgiu a ideia

de um Centro de Referência para a população LGBTQIAP+, para garantir direito e criar um espaço de acolhimento. E em 2023 surgiu o CRA; o Centro de Referência e Acolhimento para população LGBTQIAP+. (Entrevistado 04, 2025)

O entrevistado 05 discorre que o processo foi longo e:

envolveu primeiro o entendimento de que a cidade não tinha nenhum tipo de política pública estruturada pra população LGBTQIAP+, ao mesmo tempo que também não tinha dados sobre como estava essa população, como era a saúde dessa população, os níveis de educação, de violência.

Então a primeira coisa que a gente fez foi um diagnóstico sobre a população LGBTQIAP+ dentro do município de Ouro Preto, principalmente voltado para a saúde, porque isso surgiu dentro do comitê técnico de promoção de equidade em saúde promovidos pela Secretaria de Saúde do município. Então a gente fez esse comitê, fez o diagnóstico levantou uma série de dados que colocavam, assim, um alerta na gestão municipal sobre a necessidade de criação de uma política específica dessa população. Isso foi no fim de 2021, entre outubro e dezembro de 2021.

E nisso a gente percebeu que a população precisava tanto de um suporte social para os problemas sociais quanto um suporte com relação à garantia de direitos, e ao mesmo tempo, a gente precisava tanto conscientizar quanto também capacitar os agentes públicos municipais das diversas políticas a lidar com essa população, acolher da forma correta, tratar da forma correta e tudo mais. (Entrevistado 05, 2025).

Compreendemos que o Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+³² elaborado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto pelo Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em parceria com Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi imprescindível para a idealização e, subsequentemente, para a implementação não somente de um equipamento, mas para que o município lograsse êxito em avançar nas políticas sociais para a população não heterossexual do território. Pois, é a partir do conhecimento acerca da realidade que há a possibilidade de construir políticas eficazes e condizentes com as demandas apresentadas pela população.

O supramencionado documento foi elaborado no ano de 2021 sob a responsabilidade de Victor Diniz Pinto e Daniel Lucas Silva, tendo como objetivo:

realizar o diagnóstico situacional da população LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, apresentando o perfil epidemiológico e necessidades de saúde dessa população e as principais barreiras de acesso aos serviços, a fim de cumprir uma das ações obrigatórias do sexto indicador da POEPS³³. (Pinto; Silva, 2021, p. 3)

³² O documento pode ser lido na íntegra através do endereço eletrônico: < https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf >

³³ Política Estadual de Promoção da Saúde (POEPS).

É preciso demarcar que o estudo foi realizado à época da pandemia de COVID-19, sendo assim, foi criado através de formulário do Google “[...] composto por seções que dispunham de perguntas referentes ao Perfil Pessoal, Educação e Trabalho, Moradia, Sociedade e Violências, Saúde e Políticas Públicas.” (Pinto; Silva, 2021, p. 14).

O questionário esteve disponível por, aproximadamente, quatro semanas e foi respondido por 663 pessoas. Sendo que a maioria se identificava enquanto mulher cisgênero³⁴ (50,2%). No que tange à orientação sexual 46,4% das pessoas diziam ser homossexuais e 41,2% bissexuais. O perfil da comunidade LGBTQ+ ouro-pretana é jovem, uma vez que 79% das pessoas responderam ter até 29 anos de idade, considerando, também, que o município é reconhecido nacionalmente por sua atividade acadêmica e sedia a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG – Campus Ouro Preto) a maioria da população está vinculada ao ensino superior, 47,1% é universitária ou possui ensino superior incompleto e 14,5% tem o ensino superior completo (Pinto; Silva, 2021).

Seguindo a tendência nacional alarmante concernente à violência cometida às pessoas LGBTQ+, consta no documento que 72,9% das pessoas afirmou que sofreu algum tipo de violência caracterizada como verbal e psicológica, além disso 14% apresentou que sofreu violência física por ser LGBTQ+. Sendo que a maioria das violências ocorreu na rua (48,8%) seguida pelo ambiente familiar (44,9%), escola ou faculdade (39,7%) e trabalho (17,8%).

No que se refere especificamente às políticas públicas ofertadas pelo município de Ouro Preto, de acordo com Pinto e Silva (2021), 55,4% das pessoas responderam que elas não atendem às demandas da população LGBTQ+ e 43,2% consideram que atendem parcialmente às necessidades da comunidade. Pinto e Silva (2021) salientam que das 663 pessoas que participaram da pesquisa, 273 escrevem quais políticas consideravam como pertinentes para serem implementadas no território, dentre as respostas:

foi bastante recorrente a necessidade de criação de uma casa de acolhimento específica para a comunidade, em particular para as pessoas em vulnerabilidade social e familiar, com serviços de saúde especializados, assistência psicológica e psiquiátrica, a criação de uma rede de apoio, a facilitação da alteração do registro civil de nome social para pessoas travestis e transexuais e atendimento jurídico. (Pinto; Silva, 2021, p. 22)

³⁴ Cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero (feminino/masculino) que lhe foi atribuído no nascimento.

Outras propostas elencadas se referem à capacitação de servidores(as) públicos(as) municipais, implementação de políticas de inclusão no mercado de trabalho, aumento da visibilidade de pessoas LGBTQ+ com eventos culturais, solenidades e palestras.

A partir das respostas obtidas pelo formulário e com a construção do diagnóstico situacional da população LGBTQ+ de Ouro Preto:

Nasceu aí a ideia de criação de do Centro de Referência LGBTQ+, desse espaço que fizesse essas duas funções: atendesse a população LGBTQ e também conseguisse servir como, de fato, uma referência pros outros setores públicos da cidade. A partir do resultado desse diagnóstico a gente começou os preparativos; como pensar em estrutura, pensar em qual seria o orçamento necessário. Visitar outras cidades com Centros de Referência já instaurados e, principalmente, que fizeram sucesso, que deram certo.

O Prefeito dá o aval para criação e para determinação do Centro e a gente começa com a articulação com a Câmara e no dia 8 de maio de 2023 é sancionada a lei de criação do Centro de Referência LGBTQ+, imediatamente a gente já contrata a equipe técnica, começa todos os preparativos pra o modo de agir já que a gente não tem uma política estadual e nem nacional que guia ou que oriente a forma de agir então a primeira equipe técnica foi a equipe mínima que era o psicólogo, uma assistente social e uma pessoa para o administrativo e começaram a preparar esse terreno de entender quais são as fórmulas que eles poderiam atuar com a população LGBTQ+ no município de Ouro Preto. (Entrevistado 05, 2025).

Baseando-se na fala do entrevistado 05 depreendemos que, em certa medida, tanto o Executivo quanto o Legislativo municipal mostraram-se permeáveis à demanda de implementação de um Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ o que já se configura como uma conquista da sociedade organizada e, principalmente, das pessoas não heterossexuais na luta por seus direitos. Uma contratendência, pois, Sousa Júnior e Mendes (2021) ao analisarem artigos que versam especificamente sobre políticas públicas LGBTQ+ no Brasil constroem a linha argumentativa que:

Uma das tônicas comumente relatadas nos artigos selecionados associa a atuação de segmentos conservadores (muitas vezes circunscritos aos grupos religiosos) a agentes que dificultam a conquista de direitos e que têm trazido retrocessos à luta da população LGBTQ pelo exercício de sua cidadania. [...] A visão de Mota (2016) corrobora esse panorama ao dizer que a interlocução entre o Estado e a sociedade civil pode se tornar “nebulosa”, uma vez que são exatamente os grupos menos permeáveis à agenda LGBTQ que passam a ser os formuladores e implementadores das políticas públicas. Assim sendo, na visão do autor, a ascensão de grupos conservadores e neoconservadores “turva” as possibilidades de interlocução entre o Estado e segmento LGBTQ. (Sousa Júnior; Mendes, 2021, p. 651)

Enfatizamos que a Lei Complementar Nº 224 de 08 de maio de 2023 que dispõe sobre a criação do Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto não obteve nenhum voto contrário e nenhuma abstenção por parte dos vereadores, consoante a isso, o entrevistado 05 destacou que as discussões com o Executivo e o Legislativo municipal foram

muito fluídas e que os vereadores entenderam o processo e a necessidade dessa política específica:

Passou de primeira, foi um projeto que ninguém pediu vista. Foi muito tranquilo, mas a gente também mandou o projeto de lei totalmente fundamentado, então o projeto de lei já foi explicando o que ia ser, o motivo, os dados do diagnóstico, então quando a gente olha um cenário em que 14 por cento da população LGBTQ+ de Ouro Preto já sofreu violência física nas ruas de Ouro Preto e um cenário em que 24 por cento dessa população nunca acessou um serviço público de saúde eu acho que fica fácil das pessoas entenderem a necessidade de criação de uma política específica. (Entrevistado 05, 2025).

Acrescentamos o fato de o equipamento ter sido criado através de Lei, em vez de Decreto, o que pode representar maior segurança no que se refere à continuidade de suas atividades e o caracteriza, *a priori*, enquanto política de Estado e não de governo.

A despeito disso, o receio se fez presente quando perguntamos se há a compreensão de que o equipamento está consolidado como outros que integram a Política de Assistência Social, a exemplo do CRAS e CREAS:

Infelizmente não. Queria te falar que sim, mas eu acho que a gente sempre vai depender, entre muitas aspas, da boa vontade de quem estiver à nossa frente e é muito ruim. Mas isso é uma preocupação, de que a gente não vai sumir, mas vão nos colocar no fundo de algum lugar como a portinha que ninguém nunca mais vai acessar. Então, eu não sei se existe uma forma de garantir que esse serviço seja oferecido da forma que ele é oferecido se não por vontade pública mesmo. Eu não eu queria ter essa resposta, porque apesar de ser uma Lei ela pode ser revogada, se ela passa na Câmara de novo os vereadores falam que não querem a gente some. (Entrevistada 01, 2025)

Para além das adversidades postas às políticas sociais LGBTQ+ em sua implementação e continuidade, não podemos olvidar do desfinanciamento das políticas sociais, principalmente após a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional Nº 95, conhecida como “Teto de Gastos” que impõe reduções drásticas aos recursos destinados à Seguridade Social. No ano de 2025, de acordo com o portal Auditoria Cidadã da Dívida, o Orçamento Federal Executado (pago) correspondente à Assistência Social foi de 5,62%, um percentual ínfimo em relação aos juros e às amortizações da dívida que retém 42,24% do Orçamento Federal (Painel do Orçamento Federal, 2025).

No que se refere especificamente aos desafios para a implementação do CRA LGBTQ+ em Ouro Preto, o entrevistado 05 argumenta que existiram, sim, elementos desafiadores, apesar do avanço das políticas voltadas para a população LGBTQ+ nos últimos anos, ainda se fazem presentes lacunas:

É bastante desafio quando a gente começa a criar uma política que é totalmente municipal, sem uma base nacional, sem uma base estadual primeiro. Tem uma dificuldade muito grande da gente entender como vai ser esse funcionamento e é um desafio criar uma forma de fazer, então acho que esse é o primeiro desafio e o segundo é um desafio político das pessoas entenderem a importância disso, não entenderem como teve muito no início uma ideia como se o Centro fosse um lugar para segregar, que a gente fosse resolver todos os problemas da população LGBT+ e fazer todas as políticas aqui dentro, então em uma ideia de que a gente quisesse separar a população LGBT+ do restante da população, então teve esse desafio de fazer as pessoas entenderem mesmo qual é a ideia do funcionamento e tudo mais. Teve resistência de grupos religiosos e de pessoas dentro da cidade mesmo por questões que é, obviamente, de preconceito. (Entrevistado 05, 2025)

Ao ser perguntado sobre a recepção da população ouro-pretana à notícia de que seria inaugurado no município um Centro de Referência e Acolhimento LGBT+, o entrevistado 05 apresenta as diversas nuances e dicotomias da população sobre o equipamento:

Foi bastante dual, mais para o lado positivo, teve muito apoio, muita gente fazendo comentários positivos falando que realmente precisa que tinha essa necessidade, pessoas relatando que tinham familiares, amigos, conhecidos que tinham muitos problemas e que isso, provavelmente, era esperança dessas pessoas de trazerem solução para alguns dos problemas dessas pessoas, principalmente relacionados à questão de garantia de direitos. Então teve essa parte, uma repercussão muito positiva que foi surpreendente, na verdade a gente não esperava que fosse uma reação tão positiva.

Mas, é claro, também teve parte da ala da sociedade com uma repercussão negativa com justificativas como se a Prefeitura tivesse desperdiçando dinheiro público como se tivessem outros pontos que são mais importantes, o investimento do dinheiro público que não era necessário que enfim e alguns outros comentários mais preconceituosos. Mas de forma geral a gente teve um saldo muito mais positivo com a repercussão do que o negativo. E eu acho que cada vez mais a gente avança e o trabalho do Centro de Referência LGBT+ vai avançando a gente vai tendo essas repercussões cada vez menos as negativas e mais positivas. (Entrevistado 05, 2025)

Quando perguntados (as) se visitaram outros espaços de acolhimento LGBT+, 05 entrevistados (as) responderam negativamente, enquanto 02 entrevistados (as) responderam de forma positiva. A entrevistada 07 narra que realizou visita técnica ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF):

Sim, a gente fez uma visita técnica no ambulatório LGBT da UFJF, em Juiz de Fora, fica dentro do Hospital Universitário e é um dos únicos do Brasil que realiza cirurgias de redesignação sexual, a gente foi lá no ano passado e para fazer essa visita técnica e entender o funcionamento do ambulatório. O serviço lá não é feito da forma como é feito aqui, até porque está na área da saúde. Foi bem interessante ver a metodologia de trabalho deles e a equipe multidisciplinar que acompanha as pessoas trans ou de identidades não binárias que queiram realizar os procedimentos e parece um acompanhamento bem completo. (Entrevistada 07, 2025)

Cabe salientar que o HU-UFJF recebeu no ano de 2023 autorização oficial para operar como Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador, podendo realizar, conforme descrito pela entrevistada 07, cirurgias e procedimentos clínicos. De acordo com o

portal de notícias da UFJF, o Processo supramencionado “[...] inclui os procedimentos de retirada de mama, útero, ovário e trompas, além de hormonioterapia, implantação de próteses e cirurgias plásticas de reconstrução.” (UFJF, 2023).

O entrevistado 05 realizou visitas técnicas ao Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues e Centro de Referência LGBT+ Janaína Dutra, ambos em Fortaleza – Ceará. Além disso, conheceu o Centro de Referência LGBT+ do município de Belo Horizonte – Minas Gerais e o Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) na cidade Juiz de Fora – Minas Gerais, que está vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFJF, destacamos que o CeR - LGBTQI+ e as atividades realizadas no HU/UFJF são díspares:

A gente foi conhecer para entender um pouco dessa realidade dentro de Minas Gerais e também entender como funciona essa articulação com a própria universidade como que é a universidade encararia isso, como fazia lá, até porque toda essa ideia de construção do Centro e o diagnóstico foi feito junto em parceria com a UFOP, então a gente já esperava que o Centro nascesse com essa interlocução muito grande entre gestão municipal e a universidade.

O nosso (Centro) foi o segundo instituído, logo depois veio Contagem (Minas Gerais) que criou o centro integrado de atendimento às populações que a integra: tem o centro LGBT+, tem o centro de atendimento de igualdade racial e o centro da mulher funciona tudo no mesmo prédio, mas cada um com a sua pasta.

Então, a gente tem Contagem, Mariana (Minas Gerais) começou a se articular agora. Mariana tem a diretoria eu não sei se é diretoria se é a coordenação exatamente, mas tem um espaço de gestão e de criação de políticas estão se preparando pra abrir algo semelhante ao Centro de Referência LGBT+ que é o que estão se espelhando inclusive na política instituída aqui.

E alguns outros lugares também estão começando a construir, Juiz de Fora eu sei que já foi aprovado pela prefeita e eles estão na fase de destinação de recurso de contratação de equipe técnica e tudo mais.

Que eu saiba especificamente de centro de referência LGBT nesse ponto de vista da assistência social do dessa parte mais social são esses. (Entrevistado 05, 2025).

No que tange às principais demandas das pessoas que acessam ao equipamento e às atividades realizadas, os (as) entrevistados (as) convergem que o atendimento psicológico e a retificação de nome são as principais requisições, sendo que a entrevistada 01 destaca a existência de um formulário que objetiva o preenchimento prévio das demandas e afirma que a população mais atendida é a de pessoas transexuais:

A retificação hoje é uma das coisas que a gente faz com a maior intensidade aqui, mas também a procura de apoio psicológico é enorme. A gente brinca que aqui não faz terapia, mas é terapêutico, porque às vezes é o carinho que a população precisa, o cuidado, ser ouvido, essa atenção. A gente tem também a demanda de uso de nome

social em ambiente escolar e em ambientes não formais de ensino. (Entrevistada 01, 2025).

É salutar evidenciarmos a fala da entrevistada 01 no que diz respeito à brincadeira de que no CRA LGBTQ+ não é realizada terapia para que demarquemos que, de fato, na Política de Assistência Social os profissionais de Psicologia não conduzem atendimentos clínicos terapêuticos:

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) enfatiza que a atuação do profissional de Psicologia no CRAS deve priorizar práticas que promovam “integração entre vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar” (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 34). Enfatiza ainda que, ante as premissas do trabalho social no SUAS, não há espaço para a realização de atendimento psicoterápico individual, devendo ser este referenciado para as unidades básicas de saúde e serviços de psicoterapia disponíveis nos municípios. (Macedo et al., 2015, p. 812)

A entrevistada 07 corrobora com as informações supramencionadas e discorre também acerca da população em vulnerabilidade socioeconômica que acessa ao equipamento e apresenta as seguintes demandas:

Elas estão bem ligadas às questões de saúde mental. Eu acho que é a demanda mais urgente que as pessoas trazem, tanto que a agenda do psicólogo está cheia, em paralelo a isso a gente atende, em maioria, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, então o papel da assistente social aqui também é muito forte, a gente tenta trabalhar nesse sentido de viabilizar benefício, mas, ao mesmo tempo, trabalhar a autonomia da pessoa para que ela consiga superar essa situação e ter mais propriedade da própria vida, mais autonomia no sentido de poder de escolha, tanto que o atendimento segue bem essa linha, se a pessoa quiser vir, ela vem, às vezes ela fala que não está muito bem para voltar, manda mensagem para gente depois. Então a gente deixa bem livre, às vezes a gente entra em contato só para saber como você está, mas a gente respeita a autonomia das pessoas e uma outra demanda muito grande como a gente atende muitas pessoas transexuais e não binárias é a de retificação de prenome e gênero. (Entrevistada 07, 2025)

O entrevistado 04 converge com as falas das entrevistadas acima e acrescenta o fato de tanto a atenção primária quanto a secundária de saúde estarem sobrecarregadas ante o crescimento vertiginoso das demandas referentes à saúde mental principalmente nesse período pós-pandemia de COVID-19:

Então, as pessoas não conseguem encontrar os Postos de Saúde, eles não estão preparados pra demanda de saúde mental da população em geral, quanto mais da população LGBTQ+, os CAPS não estão dando conta de todas as demandas, a gente sabe muito bem que pós-pandemia a questão de saúde mental virou uma grande questão e muitas pessoas acabam procurando aqui como um lugar às vezes só para desabafar para poder externalizar as coisas que estão sentindo e que nem viram um acompanhamento; alguns casos viram mas outros não, outras pessoas dizem assim:

“preciso de alguém que entenda que reconheça, que me veja”. (Entrevistado 04, 2025)

Ao abordar, ainda, a temática da saúde mental, o entrevistado 06 traz sua percepção:

A minha percepção é que a saúde mental pode ser tida como um núcleo central de uma parte das demandas que sejam chegam pra gente. E mais de um olhar da minha profissão, eu entendo que essa questão da saúde mental tem um atravessamento direto da falta de moradia, falta de alimentação e falta de emprego [...]. Então eu tenho percebido que a questão da saúde mental tem tido esses atravessamentos que são não particulares de pessoas LGBTQ+, mas tem agravantes por ser LGBTQ+. (Entrevistado 06, 2025)

Com a análise do entrevistado 06, percebemos que as expressões da “questão social” inerentes ao modo de produção capitalista, por ele apresentadas, a exemplo da falta de moradia, emprego e alimentação, indubitavelmente trazem rebatimentos para o adoecimento psíquico. E ao realizar o recorte de classe, corrobora com o que postulamos, que os atravessamentos são díspares entre pessoas LGBTQ+ partícipes da classe trabalhadora e pessoas LGBTQ+ que detém capital, o que não implica dizer que essas últimas estejam isentas de padecerem com a LGBTQ+fobia.

Para além da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o entrevistado 04 narra que identificou que a maior parte da população que acessa ao equipamento não possui independência financeira ou às vezes não tem renda ou trabalho. Há a possibilidade desse perfil pelo fato de Ouro Preto ser uma cidade de dinâmica universitária, neste sentido, esse perfil tende a sobressair pelo acesso de estudantes ao equipamento. Ainda sim, a equipe não permaneceu inerte frente a essa demanda de acesso ao mercado de trabalho e criou parceria com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) do município:

Sim, a gente tem uma parceria com o Sine a equipe notou essa lacuna de garantia e acesso ao trabalho para a população LGBTQ e a gente vê isso expresso em números não oficiais, porque a gente não tem essa rastreabilidade, mas a ANTRA³⁵ traz que grande parte da população ocupa trabalhos informais e, principalmente, relacionados ao sexo.

Aqui a gente viu uma necessidade de agir pra evitar que acontecesse na cidade de Ouro Preto, também não vou dizer que não acontece, mas a gente fez uma parceria com o Sine, tem uma pedagoga aqui que filtra esses perfis de acordo com o que a pessoa escolhe e pode colocar com o que ela quer trabalhar, então o nosso papel é fazer essa ponte de entrar em contato com o Sine e ver as vagas disponíveis, ver quais vagas se encaixam no perfil, agendar entrevista e comunicamos para pessoa a data e o horário da entrevista. A gente tem a disponibilidade de ajudar a redigir o currículo também para ser apresentado, ajudar na preparação para essa entrevista, a gente conseguiu fazer essa articulação né.

³⁵ Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), fundada no ano de 1992.

Acho que o único ponto é que a população que a gente atende está muito voltada para o setor cultural e aqui no município a gente não tem tantas vagas vindas do Sine pelo menos que deem conta desse perfil. (Entrevistada 07, 2025).

Em um estudo inédito promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2025) verificou-se através da metodologia aplicada que apenas um quarto da população trans do país está inserida no mercado de trabalho formal, além disso, com recortes de raça e gênero os dados tornam-se ainda mais alarmantes e escancaram a necessidade imperiosa de se pensar em políticas de trabalho e de geração de renda para a população LGBTQ+, com maior cuidado para pessoas transexuais, que historicamente são alijadas desses espaços e ocupam empregos informais:

Ao cruzar as informações do CPF com a Rais 2023, o Ipea identificou que apenas 25% das pessoas trans estavam empregadas formalmente naquele ano — uma taxa 6,8 pontos percentuais inferior à da população geral. As desigualdades são ainda mais expressivas entre mulheres trans, cuja taxa de participação é de 20,7%, frente a 31,1% entre homens trans.

A pesquisa também aponta diferenças regionais significativas. As menores taxas de inserção ocorrem nas regiões Nordeste (17,8%) e Centro-Oeste (24%), enquanto o Sul e o Sudeste apresentam índices mais elevados, embora ainda inferiores aos da população total. “Mesmo nas regiões com maior dinamismo econômico, as barreiras à contratação e à permanência de pessoas trans permanecem expressivas”, observam os autores.

Além das menores taxas de participação, as pessoas trans inseridas no assalariamento formal recebem, em média, R\$ 2.707 por mês, valor 32% inferior à média nacional (R\$ 3.987). Essa diferença persiste mesmo quando controlada por escolaridade: pessoas trans com ensino superior completo ganham, em média, 27,6% menos que profissionais não trans com o mesmo nível educacional.

O estudo mostra que as desigualdades de renda e acesso se agravam quando combinadas a outros marcadores sociais. Pessoas trans negras, pardas e indígenas têm rendimentos ainda menores — uma pessoa trans preta, por exemplo, ganha em média 80% do salário de uma pessoa trans branca e 26% a menos que uma pessoa preta na população geral. (Ipea, 2025, s/p)

Para além disso, não podemos nos esquecer que pessoas transexuais e travestis, de acordo com Benevides (2026) continuam a ser empurradas para o trabalho sexual, uma das poucas portas abertas para aquelas pessoas como consequência do não acesso ou acesso precarizado ao ensino e ao mercado de trabalho.

Sobre os serviços e atendimentos ofertados pelo CRA LGBTQ+ a entrevista 01 salienta que todos(as) os(as) técnicos fazem acolhimento socioassistencial, sendo encaminhado para o psicólogo quando a demanda de saúde mental é muito latente e, também, referencia-se a pessoa para a rede de saúde. Além disso, eles (as) realizam o processo de retificação de nome e dispensam benefícios eventuais:

Basicamente os quatro fazem tudo e sobre as atividades, nós temos roda de conversa da família que é um momento muito legal onde as pessoas se enxergam, veem as suas famílias ali, parece que elas não estão sozinhas, não é aquele tumulto; quer dizer é um tumulto, mas que várias outras estão compartilhando e você sente que não está sozinho no mundo. Tem um cinema que é parceria com o POC³⁶ da UFOP.

Tem a roda de conversa trans que também foi uma demanda que surgiu pelos acolhimentos, é uma comunidade que queria se encontrar, ter amigos. Temos aula de dança, todas as segundas tem roda de capoeira com a OCA³⁷ aqui de manhã e de tarde. Tem a tarde de jogos, têm alguns eventos sazonais também, da Visibilidade Lésbica, Semana do Orgulho que culmina na Parada, Semana da Visibilidade trans em janeiro, então assim a casa é muito ativa tem muita coisa sempre acontecendo. (Entrevistada 01, 2025)

São realizados, também, atendimentos socioassistenciais individualizados ou familiares por toda a equipe técnica.

O entrevistado 04 enfatiza que o equipamento está em constante diálogo com a população que o acessa no intuito de construir atividades que ela demanda e que lhe seja atrativa, demonstrando, desse modo, que há uma construção coletiva das atividades ofertadas pelo CRA LGBTQ+:

A gente faz uma série de atividades sempre pensando no que a população está nos trazendo, o que a gente está vendo de demanda e a equipe de educação social também fica muito atenta. Então a gente já fez rodas sobre espiritualidade, a gente já fez rodas sobre questão de trabalho, de harmonização, agora a gente está pensando em uma sobre a presença LGBTQ+ na política que é importante também a gente pensar. (Entrevistado 04, 2025)

Sobre o acesso da população aos outros serviços da Política Social e de outras Políticas a entrevistada 01 discorre que não são todas as pessoas que acessam outros equipamentos e Políticas, todavia, são recebidos encaminhamentos. E a população, em geral, acessa ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), além disso, o CRA LGBTQ+ referencia as pessoas para os equipamentos da rede socioassistencial e de saúde do município. A entrevistada 01 argumenta que há uma boa articulação com as UBS e com médicas específicas que são mais cuidadosas.

³⁶ Projeto da UFOP, denominado “Papear, Ouvir e Conscientizar”.

³⁷ A Organização Cultural Ambiental (OCA) é uma associação de civil de direito privado sem fins lucrativos do município de Ouro Preto/Minas Gerais.

Ademais, os entrevistados 04 e 06 acrescentam sobre o referenciamento da população às outras políticas e já abordam o trabalho em rede que é feito, mas que é preciso ampliar:

A gente tenta fazer o máximo para que a pessoa procure os equipamentos que ela precisa, para as demandas específicas mas a gente sabe que em alguns casos a pessoa já passou por algum tipo de tratamento ou desrespeitoso ou violento e não quer acessar, então ela busca a gente aqui e a gente tenta fazer o máximo que a gente pode, às vezes a gente entra em algum prontuário para fazer algum lançamento de atendimento e a gente vê que a pessoa acessou o CRAS tal ou algum outro equipamento então a gente vê que tem uma circulação das pessoas, mas a gente tenta [...] trabalhar em rede e às vezes acontece também da mesma forma que a gente encaminha a gente recebe essa solicitação o Conselho Tutelar é um que nos aciona bastante alguns CRAS também às vezes trazem algumas questões então a gente tem uma troca mas que a gente sempre tenta ampliar. (Entrevistados 04 e 06, 2025)

Compreender a razão de o Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ integrar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SMDSC) nos instigou, também, a realizar a pesquisa, uma vez que as leis e políticas mais avançadas para o público LGBTQ+ estão na área da Saúde e, também que, diferentemente dos outros equipamentos que compõem a Política de Assistência Social, o CRA LGBTQ+ não é, ainda na data que essa pesquisa está sendo feita, tipificado. O entrevistado 05 respondeu de forma contundente que:

Porque ele a gente pensou muito nisso, quando eu conversei com o prefeito a gente teve reuniões sobre isso, que a gente já entendia que teria que ser um lugar que fosse interdisciplinar e que conversasse de forma geral com todas as políticas do município porque a gente tem fragilidades na educação, no próprio desenvolvimento social, em segurança pública, na questão de empregabilidade. Então a gente ficou pensando: “ah, vamos colocar na Secretaria de Governo que é uma Secretaria que articula com todo mundo, mas Secretaria de Governo é uma política meio não é uma política fim de atendimento da população. Vamos colocar na saúde, mas a gente fica limitado aos atendimentos de saúde, vamos colocar na educação mesma coisa fica limitado a atuação dentro da educação. Então a ideia de fazer dentro do Desenvolvimento Social é que primeiro a gente já tem todo esse cenário favorável dentro da assistência social, dentro das discussões que permeiam a política de assistência. Tem o perfil de profissionais que é o que a gente achou interessante para pensar nessa garantia de direitos, que são psicólogos, assistentes sociais, advogados e pedagogos.

E a gente também conseguia ver que em outros lugares a pauta LGBTQ+ acabava ficando dentro do Desenvolvimento Social ou em alguma secretaria separada criada específica pra isso que às vezes a Secretaria Municipal ou Estadual de Direitos Humanos. Então criar uma estrutura de uma secretaria nova é muito trabalhoso, demanda um outro tipo de articulação, demanda muito mais orçamento muito mais tempo e muito mais planejamento, aí a gente decidiu então colocar mesmo dentro do Desenvolvimento Social e acho que segue o ritmo do resto do Brasil, então hoje os recursos que tem a nível federal estão dentro do Desenvolvimento Social e Cidadania. (Entrevistado 05, 2025).

E acerca das políticas mais estruturadas para a população LGBTQ+ integrarem a área da saúde, o entrevistado 05 aponta uma contradição quando se pensa na formação e no exercício profissional dos (as) trabalhadores da saúde que atuam na porta de entrada:

A gente tem políticas estruturadas, a política de saúde LGBTQ+ já é antiga tem mais de 10 anos, mas, ao mesmo tempo, a gente não tem dentro dos cursos e é nítido quando a gente interage com a universidade que não tem nenhum tipo de programa de disciplina de ementa específica para os profissionais de saúde que se formam sobre a população LGBTQ+, sobre o tratamento, sobre os desafios de saúde que são muito específicos.

Então a gente tem uma gama de profissionais, a gente tem a política, mas a gente não tem esses profissionais capacitados formados e preparados pra atuar com essa população.

Então isso é uma mudança de paradigma que a gente vai ter que enfrentar nos próximos anos tanto que a gente acabou de voltar agora da Conferência Estadual LGBTQ+ vai ter a Conferência Nacional e é uma coisa que foi muito discutida, uma proposta que saiu com muita voracidade assim da Conferência Estadual é a necessidade de articulação pra que os sistemas educacionais nacionais, estaduais e municipais incluam a discussão da população LGBTQ+ dentro de seus cronogramas dentro da ementa das disciplinas porque só assim que a gente vai de fato conseguir transformar os profissionais para que realmente atuem no acolhimento nas questões de saúde nas questões de segurança pública enfim dessa população né são temas que não são abordados.

Seguindo essa linha argumentativa é importante trazermos que um dos objetivos do CRA LGBTQ+ é de justamente ofertar aos (as) profissionais do município capacitações sobre a temática, neste sentido os (as) entrevistados (as) 04, 01 e 07 apresentam que:

Inclusive um dos propósitos de equipamento é ser essa referência para capacitação da Prefeitura como um todo, dos servidores, para eles saberem: “olha, quando você tiver lidando com uma pessoa LGBTQ+ você não está lidando só com uma pessoa que tem uma orientação sexual diferente da sua ou um gênero diferente do seu, mas uma pessoa que foi sistematicamente passando por vários tipos de violência em vários serviços e vai chegar aqui com medo de sofrer mais um. (Entrevistado 04, 2025)

Então, existe uma apresentação estruturada longa falando desde as siglas dos movimentos sociais importantes até a questão de gênero, sexualidade, orientação sexual, tudo isso para tentar organizar melhor essas ideias na cabeça e as pessoas entenderem que não é “opção sexual” é orientação porque ninguém escolhe ser LGBTQ+, ninguém escolhe passar por preconceito, ninguém escolhe ser marginalizado na vida.

E elas (capacitações) têm a função talvez de ser esse momento onde as pessoas possam perguntar as coisas sem o medo de errar.

Então a capacitação ela vem nesse viés de ensinar um pouquinho, não como uma aula, uma caixinha fechada, mas para abrir um pouquinho para as pessoas pelo menos saberem onde procurar, saberem onde nós estamos, saberem o que nós fazemos nos enxergarem como um equipamento que elas podem contar. (Entrevistada 01, 2025, grifo nosso)

É uma das nossas atribuições, mas a gente sentiu necessidade de formar a prefeitura como um todo, então a gente já deu uma formação para saúde bem no início. E a gente tem notado que já precisamos formar de novo que tem que ser uma coisa continuada não é só ir lá formar as pessoas e confiar que elas vão aplicar aquilo que elas aprenderam, algumas vão precisar de mais tempo talvez até de uma questão mais administrativa assim né. E a gente está formando os outros equipamentos da assistência social, tem diálogo com os CRAS, a gente formou os abrigos, o Conselho Tutelar, além dessa formação a gente se coloca à disposição de estar fazendo um atendimento e ficou com uma dúvida pode ligar para gente na hora que a gente

orienta como tratar essa pessoa, como ter um olhar mais sensibilizado para identidade de gênero, a última formação que a gente fez foi com a Câmara nas emissões da Identidade para sensibilizar em relação a essa questão do nome social depois a retificação de prenome gênero e parece que foi uma formação bem valiosa. Mas a gente tenta alcançar o maior número de atores possíveis pra tornar Ouro Preto uma cidade segura pra pessoas LGBTQ+ ainda que seja a nível institucional. (Entrevistada 07, 2025).

E, embora o CRA LGBTQ+ tenha como objetivo primário realizar o acolhimento de pessoas LGBTQ+, a equipe garante que não é um espaço segregador, pelo contrário, a comunidade tem comparecido também às atividades, principalmente às aulas de dança. Perguntado se o entrevistado 05 compreende esses momentos lúdicos e culturais como potentes para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, ele responde que:

É claro, nosso objetivo central, garantir acesso à cultura, à diversão, à arte e ao esporte pra população LGBTQ, mas não só a população LGBTQ, nosso objetivo é, inclusive, fazer essa interlocução entre sociedade que conhece pouco da pauta ou que nunca teve contato ou que não está próxima e a própria população para desmistificar aquelas questões de que a população LGBTQ é promíscua, de que a população LGBTQ desrespeita as religiões, várias questões que foram muito disseminadas inclusive no Brasil nos últimos tempos com *fake news*, a gente tentando fazer esse trabalho de criar atrações que também atraiam um público não LGBTQ e uma das coisas que mais funcionou foi a aula de dança que era uma coisa que a gente estava pensando inclusive para o público mais velho, para trazer mesmo essa interlocução, principalmente das pessoas do bairro, dos locais para entenderem inclusive pra gente criar forças para que as pessoas defendam esse espaço, entendam a importância dele, entendam que as atividades elas não são gasto de dinheiro público, que elas não são desperdício de tempo e sim que são pensadas planejadas e executadas com um objetivo claro. (Entrevistado 05, 2025)

Ademais, os (as) entrevistados (as) 02 e 03 apontam que, paulatinamente, as pessoas que acessam ao equipamento criam vínculos, por terem histórias e trajetórias de vida semelhantes:

Só que muitas vezes são guardados, muitas vezes são escondidos, tão isolados então quando você tem um espaço em comum as pessoas conseguem se encontrar e ver que é aquele sonho é possível, que aquela luta não é só de uma pessoa mas de uma comunidade e que aquilo precisa ser reforçado de alguma maneira e as atividades vêm como um meio de permitir essas pessoas vivenciarem essas oportunidades da fala da escuta mas também de desejo de atividades externas, além disso também ouvir o que eles querem fazer, por exemplo, o receio de estar em ambiente heteronormativo por exemplo, sendo que você sair de casa com uma determinada roupa ou se você quer sair maquiado maquiada. (Entrevistados (as) 02 e 03, 2025)

O CRA, de acordo com a equipe, caracteriza-se como um lugar seguro para a população LGBTQ+, por vezes as pessoas dirigem-se ao equipamento não em busca de atendimento ou para participar das atividades ofertadas, mas tão somente para tomarem café, para estudarem, para utilizarem da biblioteca que o espaço dispõe:

O que o que de fato é, um espaço público, um espaço aberto, então a gente tem a biblioteca, a gente tem computadores que às vezes a pessoa precisa acessar um documento a gente disponibiliza então é justamente isso, a ideia é ser esse lugar que é divertido que é descontraído que as pessoas podem se sentir, de fato, em casa que muitas vezes tem várias pessoas que não sentem segurança e nem conforto para estar dentro de casa ou na escola ou na rua que são inclusive os lugares, nos seus diferentes graus, mas que a gente tem os maiores índices de violência. (Entrevistado 05, 2025)

No que tange especificamente aos movimentos sociais, os (as) entrevistados (as) trouxeram que não há um movimento nomeadamente LGBTQ+ em Ouro Preto, mas que outros grupos têm mantido diálogos com a equipe e realizado interlocuções com o equipamento, há o destaque para os projetos da UFOP, outro recorte interessante diz respeito à dificuldade de articulação dos movimentos sociais na atualidade:

Então, a gente tem alguns movimentos que às vezes fazem algumas atividades em parceria ou querem trazer alguma oficina alguma atividade, mas o que basicamente tem tido são os projetos de extensão da UFOP e não de movimentos sociais exatamente, mas agora a gente tem o Conselho Municipal LGBTQ+ e tem organizações da sociedade civil que estão envolvidas na construção desse Conselho a gente não tem um movimento nomeadamente LGBTQ+ estruturado, organizado dentro da cidade, mas gente sabe que tem organizações que trabalham com essa questão que abarcam isso e que vem fazendo atividades tanto aqui dentro, como agora junto com o Conselho onde a gente também tá inserido então tem essa troca. Eu acho que o Conselho vai ser uma chave para potencializar essa articulação, eu acho que é uma dificuldade, não particular de Ouro Preto, a nível nacional de segmentar os movimentos sociais. Então eu acho que o lugar do Conselho de Direitos hoje pode estar nessa potência de articulação com o Vila Pobre e com outros movimentos sociais, falta ainda esse movimento social mesmo essa organização política para fortalecer para gente avançar cada vez mais. O que às vezes também acontece é dentro das atividades que a gente faz a gente receber pessoas que trazem demandas dos movimentos das quais elas fazem parte. (Entrevistados 04 e 06, 2025)

O entrevistado 05 discorre, de maneira divergente ao entrevistado 04, que no momento de criação e implementação do equipamento não existiu diálogo com os movimentos sociais, e corrobora com as falas acima da ausência de um movimento social especificamente voltado às pautas LGBTQ+ em Ouro Preto, entretanto, acrescenta que os grupos têm articulado com o CRA LGBTQ+:

No Momento de criação a gente não teve uma articulação, um diálogo com o movimento social específico LGBTQ, mas hoje depois da abertura do Centro de Referência a gente tem vários movimentos sociais que passam por aqui, que articulam com a gente e que trabalham com a temática de forma transversal e que veem esse espaço como também um espaço de atuação do movimento social então é legal a gente ver que a gente começa sem e depois isso vem se transformando e vai cada vez mais ganhando força então hoje a gente tem várias atividades de movimentos sociais que acontecem aqui. (Entrevistado 05, 2025)

Com a efervescência dos movimentos sociais e sindicais quando da crise da autocracia burguesa (1964-1985) inúmeras foram as reivindicações, dentre elas o direito de participar, a Constituição Federal promulgada em 1988 em seu texto garante esse direito no Art. 204 inciso II “A participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Brasil, 1988). Os Conselhos, criados posteriormente à Carta Magna, nas três esferas, visam viabilizar a fiscalização e o controle social no modelo descentralizado, além de garantirem a participação popular nas políticas públicas, desse modo, os Conselhos caracterizam-se como basilares para a democracia e para que as políticas se efetivem e atendam às necessidades da população.

Os (as) entrevistados (as) mostraram-se demasiadamente entusiasmados (as) com a recente estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIAP+ de Ouro Preto, criado no ano de 2022 por meio da Lei Nº 1.288, de 01 de julho de 2022:

E agora tem um Conselho que foi aprovado há muito tempo atrás e que a gente tinha justamente essa dificuldade de montar porque a gente não conseguia representação de movimento social que seguisse a burocracia que pede a Lei e que finalmente a gente conseguiu articular para formular esse Conselho que agora está funcionando, já teve a segunda reunião, duas reuniões bastante já atuantes o pessoal tá empolgado então é bom ver a coisa caminhando.

Então acho que o que o Conselho tem esse papel atemporal a partir de agora de fiscalizar sempre o poder público e de lutar e garantir que esse espaço não feche, não seja sucateado como a gente tem visto inclusive acontecer em Belo Horizonte e em outros espaços do Brasil que tem políticas mais antigas mas que hoje sofrem retrocesso com avanço de políticos de extrema-direita que são contrários declaradamente à pauta LGBT então a gente precisa muito desse Conselho fortalecido atuante e foi um ganho muito grande a gente conseguiu organizar ele finalmente. (Entrevistado 05, 2025)

Perguntamos à equipe quais os principais avanços e desafios que ela identifica no que se refere ao CRA LGBT+, a entrevistada 01 expõe que o auxílio na retificação de nomes é algo marcante para ela:

Porque é muito simples o nome pra gente que é cis, você cresceu com aquilo e, às vezes, a gente nem se pergunta se isso é algo que faz sentido, você aprendeu que o seu nome era, então eu não sei a dimensão disso para quem nunca se enxergou, o quanto isso é importante, o quanto chegar num lugar e ter o nome que você quer ver ali sabe, então retificar de graça acho que é muito potente. Eu acho que é algo que marca muito é um processo muito caro e a gente está falando de uma população que está em vulnerabilidade. (Entrevistada 01, 2025)

Os (as) entrevistados (as) 02 e 03 argumentam que um avanço nítido é o de alcance do equipamento e de suas atividades à população ouro-pretana, discorrem que no segundo ano de existência do CRA LGBT+ o trabalho dobrou se comparado ao ano anterior. Além disso,

destacam que turistas veem a placa e adentram ao equipamento para conhecê-lo. A presença da comunidade também é identificada como um avanço pelos (as) entrevistados (as) “E a dança é interessante porque já teve gente da vizinhança, da comunidade, as senhorinhas. É maravilhoso porque isso é muito legal.” (Entrevistados (as) 02 e 03, 2025), ademais, eles (as) consideram que a presença da comunidade é uma maneira de fortalecer o CRA LGBTQ+.

A esse respeito, a entrevistada 07 corrobora com as falas supramencionadas e traz que o relacionamento amistoso da vizinha para com a equipe e com o serviço:

A gente sempre foi bem quisto, nunca tivemos problemas com a vizinhança, mas a gente ficou pensando muito em como integrar elas nesse espaço. Porque cumprimentam a gente na rua, vê que está tendo evento, mas elas não passavam da porta pra cá. E aí é fazer essa articulação de é um espaço para acolher pessoas LGBTQ+, mas não só, até porque a questão da orientação sexual e da identidade de gênero vai perpassar por outras pessoas da sociedade, tanto que a gente tem um trabalho muito forte de articulação com as famílias porque não adianta nada ela ser bem tratada aqui, ser acolhida aqui e voltar para um lugar de violência em casa. Então a gente tenta mudar o contexto também e o meio que essa pessoa está inserida. (Entrevistada 07, 2025)

O sentimento de pertencimento da população LGBTQ+ à cidade de Ouro Preto também se configura, na análise do entrevistado 05, como um avanço do trabalho desempenhado pelo CRA, além disso, o equipamento tem sido espaço para que as pessoas, especialmente transexuais, possam socializar e acessar direitos, a exemplo do ingresso no mercado de trabalho. Outro aspecto destacado são as capacitações dos (as) servidores (as) do município e o contato primário de muitos (as) deles (as) com a pauta LGBTQ+:

A gente teve um avanço muito grande com relação ao pertencimento da própria população LGBTQ+ a Ouro Preto, então a gente vê as pessoas LGBTQ+ hoje diferente de três, quatro anos atrás, se sentindo muito mais pertencentes à cidade encontrando seus grupos e então aqui se tornou um local de encontro e de potência dessas pessoas que são atendidas aqui, a gente via, por exemplo, pessoas trans que têm muita dificuldade de socialização por causa do preconceito formando seus laços, formando seus grupos de apoio, formando a sua rede de apoio, então isso por si só é um ganho enorme, a gente tá tem números altíssimos de atendimento e de acompanhamento das pessoas e de evolução social das pessoas que enfrentavam inúmeros desafios e que passou por aqui e hoje está empregado, está tocando a própria vida, se libertou de preconceitos alcançou direitos, a gente tem inúmeros casos de pessoas trans retificadas, a gente tem casos de pessoas que conseguiram começar o processo de hormonização e que estão super felizes com as transformações no corpo, a gente tem, enfim, uma gama de pessoas e de potências novas acontecendo com as atividades, a gente conseguiu fazer capacitação de toda a rede de assistência social, já teve capacitação da saúde, até da Guarda Municipal, então a gente percebe e tem os relatos dos servidores públicos municipais falando: “nossa, eu nunca tinha tido contato com a pauta LGBTQ+ e tinha muitos preconceitos e, realmente, não conseguia atender, não sabia lidar, se aparecia uma pessoa trans, por exemplo, eu não atendia e hoje eu consigo lidar vejo que não é um problema se eu tenho alguma dúvida eu pergunto a vocês, então a gente está vendo que a gente tá

conseguindo de fato aumentar o alcance de direitos dessa população. (Entrevistado 05, 2025)

O entrevistado 05 discorre que não existe, até o momento, um mapeamento com índices específicos de violência LGBTfóbica, todavia, acredita que a tendência é que haja a diminuição, uma vez que as pessoas se tornam mais conscientes ao saberem da existência de um equipamento que dará todo o suporte para as pessoas LGBTQ+, a exemplo do acesso à justiça e a garantia de direitos “elas respeitam por bem ou elas respeitam por mal porque elas vão encarar a lei” (Entrevistado 05, 2025).

Com relação aos desafios, a entrevistada 01 argumenta que almeja maior reconhecimento da população no que toca ao trabalho realizado pela equipe:

Eu queria que a população enxergasse a gente como os profissionais que somos, e eu acho que nós somos muito profissionais, não porque a gente faz mais do que nenhum equipamento, mas porque aqui a gente trabalha, quando as pessoas chegam e a casa é um equipamento público que tem um monte de computador, um monte de gente, que você está trabalhando eles até murcham, tipo: “Eu achava que era um monte de gente correndo e se pegando.” (Entrevistada 01, 2025)

Em consonância com a entrevista 01, o entrevistado 05 apresenta que, embora as pessoas têm começado a entender melhor a necessidade da política LGBTQ+ no município, ainda existem inúmeros comentários questionando o gasto do dinheiro público com a equipe do CRA LGBTQ+ e com as atividades desenvolvidas pelo serviço.

A articulação com a educação foi o aspecto mais relevante apresentado pelos (as) entrevistados (as) enquanto um desafio, não somente do equipamento, mas da própria política LGBTQ+:

Então, tem os pais ainda que vão pensar que é ideologia e gênero de uma forma que pejorativa, que é o gay, é um espaço que não se consegue adentrar. A gente tem muita dificuldade, primeiro porque é isso não é só a nossa articulação enquanto gestão municipal e gestão estadual da educação, porque quando a gente fala de escola, a gente fala de comunidade escolar. Então a gente tem que pensar a relação com os pais, todo um campo nebuloso jurídico da nossa própria atuação, primeiro porque a gente não tem uma interpretação, um direcionamento que venha do estado ou que venha nacionalmente para atuar e, segundo, que a gente também não tem nenhum tipo de garantia de que nossa atuação não vai ser considerada como qualquer atrocidade dessas que se é falada pelo sistema de justiça brasileiro, até porque a gente já viu vários problemas relacionados a professores demitidos, exonerados de cargo, várias confusões inclusive dentro de universidades federais com doutrinação, com essa questão dessa pauta e horrorosa de falar que é doutrinação, então é um campo muito tênue e muito delicado de como a gente entra sem criar um atrito com a sociedade que vai repercutir negativamente no nosso trabalho, na nossa atuação, então é um dos grandes desafios essa interação com a educação em si. A educação é um campo político de muita disputa, a gente finge que não, mas a gente vê de tempos em tempos quantas e quantas reformas de educação a gente já viu tentarem passar, retirar filosofia, retirar sociologia, formar cada vez

mais pessoas para serem profissionais técnicos, executores mão-de-obra, em vez de cabeças pensantes, então não é diferente com relação às pautas de equidades, a gente tem especificamente um grupo de pessoas que dominam o poder dentro da nossa sociedade, especificamente homens brancos heterossexuais cisgêneros e que não querem abrir mão e que lançam de vários artifícios, vários mecanismos pra se manter no poder, a gente tem o controle da religião, das igrejas, principalmente das igrejas mais conservadoras. A gente tem essa inserção dentro do ambiente escolar então é mesmo um cabo de guerra político de determinação de como que a sociedade avança, a educação é a grande definidora de para onde a nossa sociedade vai, pra onde a nossa sociedade caminha então é um campo de disputa muito grande muito tenso. (Entrevistado 05, 2025)

A entrevistada 07 percebe, também, o empecilho de trabalhar a temática LGBTQ+ nas escolas:

Um dos principais desafios é a inserção dessa temática nas escolas que eu acho que é uma coisa muito importante de se fazer, acho que é a base do nosso movimento se a gente conseguir levar questões de gênero e sexualidade para esses lugares porque é onde, tirando a família, que muitas das vezes as pessoas LGBTQ+ sofrem a primeira violência. A gente sente uma resistência muito grande das escolas, tanto municipais quanto mais as estaduais em abordar essas temáticas, então é um trabalho mais custoso que tem levado mais tempo, que não tem sido tanto mais receptivo. (Entrevistada 07, 2025)

As falas da equipe convergiram, eminentemente, todavia visualizamos um ponto de divergência no tocante ao público que acessa, enquanto o entrevistado 02 aponta como desafio a participação da população periférica de Ouro Preto, bem como seu acesso ao CRA LGBTQ+, o entrevistado 05 argumenta que as pessoas que acessam ao equipamento não são, majoritariamente, homens gays e brancos, mas sim uma população preta ou parda, desempregada, de baixo nível econômico e também educacional.

É incontestável a colossal dimensão geográfica de Ouro Preto, se considerarmos para além da sua sede, os seus doze distritos, a saber: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Corrêa, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu.

Município de Ouro Preto

Área	Bioma
1.246 Km ²	Mata Atlântica

Fonte: IBGE

Distrito	Distância da Sede
District	Distance from Main City
Amarantina	30 km
Antônio Pereira	25,5 km
Cachoeira do Campo	22,1 km
Engenheiro Correia	37,9 km
Glaura	31,2 km
Lavras Novas	18,9 km
Miguel Burnier	57,7 km
Santa Rita	29,3 km
Santo Antônio do Leite	28,6 km
Santo Antônio do Salto	32 km
São Bartolomeu	18,7 km
Rodrigo Silva	21,5 km



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ouro Preto/MG.

Neste sentido, perguntamos ao entrevistado 05 como se concretiza o acesso da população residente nos distritos ao equipamento e às suas atividades. Ele discorre que isso se caracteriza como um grande desafio, algumas pessoas conseguem chegar ao local e trazem demandas pontuais:

Algumas pessoas conseguem, a gente atende gente de outras cidades, Mariana lugares até mais distantes. Tem gente de distrito que vem, que chegam mas principalmente quando é quando são demandas pontuais, então, por exemplo, a pessoa viveu uma violência então ela vem aqui passa pelo processo de atendimento e aí tem outras dificuldades de retornar justamente por causa da falta de acesso a transporte, horário de ônibus, mas o que a gente tem feito é levado algumas atividades para alguns distritos, mas que também é um super desafio, muitas vezes a gente não tem recurso de transporte, é difícil dividir demais a equipe são 12 distritos. Então como que a gente divide isso de forma isonômica dentro do município sem deixar o próprio equipamento desamparado. Então esse é um grande desafio que a gente tem, mas as pessoas conseguem acessar principalmente nos casos emergenciais. Se a gente recebe algum tipo de denúncia ou algum tipo de pedido especial para o atendimento de uma pessoa específica a gente também consegue deslocar a equipe para atuar em casos mais graves.

Depreendemos, assim, que o acesso da população LGBT+ não se dá de forma equânime se considerarmos as próprias barreiras geográficas do município e sua extensão territorial, isso exige logística de transporte e agenda da equipe para que as pessoas dos distritos possam acessar ao serviço e às atividades.

Para concluir, sobre o perfil da população atendida pela equipe, nos foi informado pela entrevistada 01 que a maioria é de pessoas transexuais, em vulnerabilidade socioeconômica,

que se identifica como preta ou parda, além disso, o público jovem – até 30 anos de idade – é majoritário.

A entrevistada 07 aponta, também, que a população transexual é o público que mais acessa e acrescenta que há o aumento substancial de atendimentos às pessoas não-binárias, quanto ao recorte de raça, de acordo com ela, a maioria se autodeclara negra. Grande parcela das pessoas possuem o ensino superior incompleto, segundo a entrevistada são estudantes da UFOP.

Os entrevistados 04 e 06 detalham, também, o perfil das pessoas que acessam ao serviço:

Nosso maior público são mulheres cis, em termos de gênero de identidade de gênero. Seguido de homens trans. Então, são os dois públicos que mais tem frequentado. São quase 50 por cento do nosso público e em termos de orientação sexual nós temos uma grande presença de homens gays, pessoas que se identificam quanto gay, pessoas heterossexuais porque algumas pessoas trans são heterossexuais e têm os familiares também. Mas a gente tem também uma presença de pessoas assexuais, pequena, mas tem. O nosso principal público são realmente pessoas bissexuais, gays e heterossexuais dentro dessa configuração da transexualidade.

Em termos de idade o nosso perfil está na maior parte dele dentro de 18 a 30 anos, são 70 por cento do nosso público, mas 16 por cento são menores de 18 anos. A maior parte de estar em Ouro Preto, mas a gente tem atendido outros lugares também embora não seja o nosso foco.

A maioria da população é de pessoas LGBTQ+, famílias ainda são poucas. 37 por cento são pessoas brancas e o restante se identifica como pretas ou pardas, então o nosso maior público não é branco. A maior parte da nossa população não tem religião, não se identifica enquanto com alguma religião isso foi uma das questões que fez a gente pensar sobre a roda sobre espiritualidade. Em termos de escolaridade a gente tem um público muito voltado para estar dentro da UFOP. Isso é uma coisa que tem nos preocupado que a gente tenha atingido o público da UFOP e nem tanto de quem está fora.

Em condições de moradia a gente tem uma maioria de pessoas que vivem ou com a família ou que moram de aluguel.

A renda, dependência familiar ou trabalho informal, ou não ter uma renda e uma boa parte também em questão das bolsas universitárias. Só 12 por cento tem um trabalho formal.

A maioria é interessada em oportunidades de emprego, quase 70 por cento da população quando preenche fala que está buscando emprego.

E temos um perfil de 7 por cento de pessoas com deficiência. E em termos de violência as maiores são violência psicológica, violência moral em terceiro violência física.

Então esses são os três maiores pontos em que a população aponta e aquilo que a gente trouxe, em termos de o que trouxe a pessoa aqui quais são as demandas dela.

As maiores são o atendimento psicossocial, seguido da alteração de registro e acesso ao serviço de saúde são as três principais demandas. (Entrevistados 04 e 06, 2025)

Uma análise que realizamos e identificamos, enquanto pesquisadoras, como um possível desafio – não particular do CRA LGBTQ+ - refere-se à fragilidade dos vínculos empregatícios, todas as pessoas entrevistadas estão empregadas através de contrato e comissionamento. Isso significa que a qualquer momento podem ser demitidos (as) e/ou remanejados (as) para outros equipamentos, impactando diretamente no vínculo construído com as pessoas que acessam ao serviço, a autonomia dos (as) profissionais que é relativa tende a diminuir com contratações precarizadas, ainda que elas estejam previstas em Lei.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperioso iniciarmos este tópico derradeiro assinalando que a pesquisa e as conclusões não findaram, no decorrer da elaboração do trabalho inúmeras dúvidas emergiram e percebemos que existem temas dentro da temática da diversidade sexual que podem ser adensados, a exemplo do sofrimento psíquico das pessoas LGBTQ+ e a difícil interlocução da temática na área da educação, conforme pontuado pelos(as) trabalhadores(as) do CRA LGBTQ+.

Percebemos que se configurou como elementar no processo de construção do conhecimento a realização de uma retomada histórica, sem incorrer em erros anacrônicos, do que hoje denominamos de orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, o resgate dessa temática é uma forma de robustecermos o argumento de que a não-heterossexualidade não é um “fenômeno” da atualidade, ao contrário, observamos que antes mesmo de os portugueses aportarem nas terras que tornar-se-iam o Brasil, haviam registros em pinturas rupestres que demonstram o homoerotismo.

Outro aspecto que apreendemos ao resgatar os traços da nossa formação sócio-histórica é a reverberação na hodiernidade da repulsa e violência às sexualidades dissidentes, e reiteramos que o Brasil lidera o ranking abjeto de país que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo, em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Apresentamos o pecado nefando, extremamente perseguido pela Santa Inquisição, à época do Brasil Colônia e, posteriormente, trouxemos as dificuldades em se avançar nas políticas para pessoas LGBTQ+, com falas e posicionamentos de parlamentares impregnados por preconceitos e, também, por moralidades indubitavelmente calcadas em dogmas cristãos.

Acreditamos que o item que aborda especificamente sobre identidade de gênero e orientações sexuais é basilar para que haja a socialização da temática, uma vez que compreendemos que a ausência de conhecimento e de letramento podem culminar na reprodução de falas e de posicionamentos discriminatórios e em obstáculos de pessoas não heterossexuais de se identificarem enquanto LGBTQ+.

Ao adotarmos, com base no autor marxista Eric Hobsbawn, “As Eras” para debatermos a política LGBTQ+ nos governos de Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2018-2022) e Lula (2022- atualidade)

observamos, subsidiadas pelas ideias que expusemos de Gramsci sobre a permeabilidade do Estado às demandas apresentadas pela sociedade civil, atrelado a isso tivemos a materialização de processos inerentes à política social e sua contradição, houveram momentos de avanços, com governos mais comprometidos com a construção de Programas e espaços de discussão e formulação de políticas e momentos de retrocesso, com ínfima destinação orçamentária e esvaziamento de Conselhos.

No que tange ao Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ de Ouro Preto/Minas Gerais, compreendemos que sua criação se configura como um avanço na política LGBTQ+ e como um instrumento para que as pessoas consigam acessar aos seus direitos, sejam orientadas sobre eles, e estejam em um lugar seguro, para serem acolhidas juntamente com suas demandas, para que possam externar suas angústias, violências e violações para que sejam tomadas as providências cabíveis, suas trajetórias e para que se fortaleçam.

É evidente que, assim como ocorreu com a experiência no Rio de Janeiro, a política LGBTQ+ pode ser sucateada, mas um entrevistado nos disse de forma esperançosa que o Conselho Municipal tem esse papel atemporal de fiscalizar e zelar pela política, para que ela não seja extinta e não padeça com cortes orçamentários que inviabilizem seu funcionamento.

Por fim, pontuamos que a pesquisa, enquanto um processo notadamente político, buscou articular as contribuições de autores que estão alinhados à perspectiva crítica à realidade vivenciada na particularidade no Centro de Referência e Acolhimento LGBTQ+ do município de Ouro Preto/Minas Gerais.

E reafirmamos o nosso posicionamento de que a pauta identitária deve atrelar-se com a luta de classes, não basta que pessoas LGBTQ+ possam consumir e sucumbir-se à lógica neoliberal, é preciso munir-se de consciência e pertencimento de classe, para que possamos, para além das políticas sociais que mitigam as expressões da “questão social”, vislumbrar e conquistar um novo horizonte societário sem exploração e dominação de nenhum tipo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, E. R. **Fundamentos de Política Social: formação e trabalho profissional**. In MOTA, A. E. [et al.] (orgs). **Serviço Social e Saúde**. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS. Ministério da Saúde, 2009.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I.S. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025** / Bruna G. Benevides; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.
- BRASIL. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT: Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania LGBT**. Brasília: SEDH, 2008
- _____. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT+**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Brasília: SDH/PR, 2011.
- _____. **Anais da 3ª Conferência LGBTQIA+**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília: MDHC, 2016.
- _____. **Caderno Escola sem Homofobia**. Ministério da Educação. Brasília, 2008.
- Disponível em < <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> >
- _____. Coligação Brasil da Esperança. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil: Lula 2023-2026**. São Paulo: PT, 2022. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/09/lula.pdf> >
- _____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

_____. **Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2022, de 19 de abril de 2023. **Inscribe no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Tibira do Maranhão, indígena reconhecido como primeira vítima fatal documentada da homofobia no Brasil, assassinado em 1614**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2378492#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20n%C2%BA,documentada%20da%20homofobia%20no%20Brasil.> >

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Seção 1.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Filha da Amazônia: a trajetória de Symmy Larrat e a luta pela visibilidade LGBTQIA+**. Brasília, DF, 25 jan. 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/filha-da-amazonia-a-trajetoria-de-symmy-larrat-e-a-luta-pela-visibilidade-lgbtqia> >

_____. Senado Federal. **Pedaladas fiscais e decretos de suplementação violaram Direito Financeiro, diz professor**. *Agência Senado*, Brasília, DF, 02 de maio de 2016. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/02/pedaladas-fiscais-e-decretos-de-suplementacao-violaram-direito-financeiro-diz-professor> >.

CARRARA, S. et al. **Retratos da política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARVALHO, J. **Política LGBTQIA+ avança em 2023, mas direitos trans e Educação patinam.** Agência Diadorim. São Paulo, 24 de janeiro de 2024. Disponível em: < <https://adiadorim.org/reportagens/2024/01/politica-lgbtqia-avanca-em-2023-mas-direitos-trans-e-educacao-patinam/> >.

CARVALHO, L. *et.al.* **Lula recebe faixa presidencial das mãos de representantes do povo brasileiro.** Portal G1. São Paulo, 01 de janeiro de 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/crianca-negra-indigena-mulher-e-pessoa-com-deficiencia-entregam-faixa-presidencial-a-lula.ghtml> >

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. S. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** R. Katálysis., Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago.

2021 ISSN 1982-025. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/> >

CISNE, M; SANTOS, S.M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 001/1999:** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília/DF, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia.** Brasília, 2020. Disponível: < <https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020-nota.pdf> >.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993.

_____. **Resolução CFESS N° 489/2006:** Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília/DF, 2006.

_____. **Resolução CFESS N° 594/2011:** Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília/DF, 2011.

____. **Resolução CFESS N° 615:** Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília/DF, 2011.

____. **Resolução CFESS N° 845/2018:** Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília/DF, 2018.

COUTINHO, C. N. **A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior.** In: Cultura e Sociedade no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, C. N. **Contra a Corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

DESLANDES, S. F. **O Projeto de Pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.** In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. **Diversidade Sexual e de Gênero e Marxismo.** São Paulo: Cortez, 2024. (Biblioteca Básica do Serviço Social; V.10)

FRÓES, A.; BULGARELLI, L.; FONTGALAND, A. **Entre curas e terapias:** práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil. São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2022.

GANDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil:** história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.** Relatório final. São Paulo, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 3. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, D. **Crônicas Anticapitalistas:** um guia para a luta de classes no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** Edição Loyola, 2014.

HORST, C. **Política social e população LGBT.** 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social. Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”, Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/10001/7065>.

IAMAMOTO, M.V. **A Questão Social no Capitalismo.** ABEPSS: ano 2, nº. 3, p. 09- 32, 2001.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro, 2000. p. 221. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>.

IPEA. **Estudo do Ipea revela desigualdades persistentes na inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho.** Brasília, DF. 22 out. 2025.

IRINEU, B. A. **10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia:** notas críticas. Temporalis, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937).** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACÊDO, O. J. V., ALBERTO, M. D. F. P., SANTOS, D. P. D., SOUZA, G. P. D., & OLIVEIRA, V. S. D. (2015). **Ações do profissional de psicologia no centro de referência da assistência social.** Psicologia: Ciência e Profissão, 35(3), 809-823.

MACHADO, L.; GONÇALVES, A.; LAGE, R. **Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans.** Portal G1/GloboNews. 15 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15/estudo-revela-que-038percent-dos-postos-de-trabalho-no-pais-sao-ocupados-por-pessoas-trans.ghtml>.

MAGELA, V. **Inauguração do CRA LGBT+:** Uma Aliança Pioneira pela Diversidade e Acolhimento em Ouro Preto. Prefeitura Municipal de Ouro Preto – Minas Gerais. 07 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/3764>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, R. M. **A dialética da dependência**. In: MARINI, R. M. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, p. 167-216, 2022.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MATTEI, C. **A Ordem do Capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2023.

MAZUI, G; CASTILHOS, R; ORTIZ, D. **Bolsonaro diz que decisão do STF sobre homofobia foi 'completamente equivocada'**. Portal G1. São Paulo, 14 jun. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml> >

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **LGBT e prostitutas denunciam violência: Protesto expõe repressão da polícia paulista também contra negros**. Sem Data. Disponível em: < <https://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia> >.

MIELI, M. **Por um Comunismo Transexual: elementos de crítica homossexual**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MISKOLCI, R. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”**. cadernos pagu, 2018.

MOTT, L. **História cronológica da homofobia no Brasil: das capitanias hereditárias ao fim da Inquisição (1532 – 1821)**. In MAIOR, P. S.; QUINALHA, R. (orgs.). **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Elefante, Cap. 1. p. 31-59. 2023.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução ao Método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, J. F. **Tendências da política de enfrentamento do HIV/AIDS no governo Bolsonaro:** desmonte e regressão em tempos de pandemia da Covid-19. 2023. 125 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

OLIVEIRA, L. G. Os avanços das políticas públicas como garantias de direitos. 2024.

OLIVEIRA, R. M. **Estudo sobre os Centros de Referência de cidadania homossexual do Rio de Janeiro e de Campinas (SP):** uma contribuição para programas de superação da homofobia e de promoção de direitos LGTB no Brasil, 2006.

PINTO, V.D.; SILVA, D, L. **Diagnóstico situacional da População LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, MG,** Brasil, Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Educação e Tecnologias em saúde, nov. 2021.

PEIXOTO, V. B. **História da violência e abjeção contra LGBTQI+ no Brasil e os desafios para o Serviço Social.** In DUARTE, M.J.O.; IRINEU, B.A.; DE ALMEIDA, G.S.; PEIXOTO, V.B.; PAIVA, S.P. (orgs.). **Sexualidades e Serviço Social:** perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. 1. Ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

PEREIRA, T.D. **Controle das corporalidades e identidades na formação social brasileira.** In DUARTE, M.J.O.; IRINEU, B.A.; DE ALMEIDA, G.S.; PEIXOTO, V.B.; PAIVA, S.P. (orgs.). **Sexualidades e Serviço Social:** perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. 1. Ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. Cap. 1. p. 16-25.

QUINALHA, R. **Contra a Moral e os Bons Costumes:** a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. **Marxismo e sexualidade no Brasil:** recompondo um histórico. In Revista Margem Esquerda. São Paulo. n. 33. pp 22-31, 2019.

_____, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RAICHELIS, R. **O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político**. In YAZBEK, M.C.; IAMAMOTO, M.V. (Orgs.). **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

RAMALHO, R. **TSE manda remover da internet vídeos de Bolsonaro com críticas a material contra homofobia**. Portal G1. São Paulo, 16 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-o-kit-gay.ghtml> >.

REIS, T. **Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment**. Portal G1. São Paulo, 18 de abril de 2016. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html> >.

ROCHA, F. R. F.; MACÁRIO, E. **O impacto da EC 95/2016 e da PEC 287/2016 para a Previdência Social brasileira**. *Ser Social*, v. 18, n. 39, p. 444-460, 2016.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**, 8 Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SILVA, Z. P. **Bafão do kit gay: análise do discurso da militância LGBT**. *Estudos Feministas*, Bahia, jan./jun, 2012.

SOARES, R.V.; BURGINSKI, V. M. **Estado e política social no capitalismo dependente: diálogos** com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 39, p. 8-21, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5730>.

SOUSA, C. A. A. D.; MENDES, D. C. **Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema**. *Cadernos EBAPE. BR*, 19(spe), 642-655.(2021)

SOUZA, G. **Ajuste fiscal e desfinanciamento das políticas de seguridade social**. In. *Os Direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.**

4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TOITIO, R. **A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise tem a nos ensinar? Margem Esquerda**, São Paulo, Boitempo, n. 33, p. 32-37. 2019.

_____. **Colorindo “projetos hegemônicos”**: a pauta política LGBTQIA+ nos governos FHC, Lula e Dilma. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 45, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **HU-UFJF amplia atendimento a transexuais e travestis com nova certificação.** Juiz de Fora, MG. 27 jun. 2023.

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ZANLORENSSI, G.; FRONER, M. **Relação entre pessoas do mesmo sexo ainda é crime em 64 países.** Nexo Jornal. São Paulo, 04 jun. de 2024. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/06/04/paises-em-que-a-homossexualidade-e-crime-criminalizacao-de-relacoes-homossexuais> >.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de Entrevista para a Direção da Promoção Social da Prefeitura de Ouro Preto/MG e para a Coordenação do CRA LGBT+

1. Como foi o processo de criação do CRA LGBT+?
2. Você e/ou uma equipe visitou outros espaços de acolhimento para pessoas LGBT+?
3. Houve desafios para a implementação do CRA LGBT+? Se sim, quais?
4. Os movimentos sociais e outros protagonistas da sociedade participaram da criação do equipamento?
5. Quais legislações e políticas sociais influíram no processo de criação e implementação do CRA LGBT+?
6. Como foram as discussões do executivo e do legislativo sobre a criação do CRA LGBT+?
7. Por que o CRA LGBT+ integra a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Ouro Preto/MG?
8. Como a população ouro-pretana recebeu a notícia da criação do equipamento?
9. Quais são os principais avanços do CRA LGBT+ e os desafios que ainda persistem?
10. Você e a equipe conseguem identificar perfis (raça, classe, gênero, orientação sexual) de pessoas que mais acessam ao equipamento?

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista para os Técnicos que integram a Equipe do CRA LGBT+

1. Você sabe como foi o processo de criação do CRA LGBT+?
2. Você visitou outros espaços de acolhimento para pessoas LGBT+?
3. Quais são as demandas das pessoas que acessam ao equipamento?
4. Quais são os serviços e atendimentos ofertados e as atividades realizadas?
5. As pessoas que usam o CRA LGBT+ acessam outros serviços da política de assistência social ou outras políticas sociais?
6. É realizado trabalho em rede?
7. Como é a relação dos movimentos LGBT+ com o equipamento?
8. Quais são os principais avanços do CRA LGBT+ e os desafios que ainda persistem?
9. Você e a equipe conseguem identificar perfis (raça, classe, gênero, orientação sexual) de pessoas que mais acessam ao equipamento?